



[www.municipio-portodemós.pt](http://www.municipio-portodemós.pt)

CÂMARA  
Porto  
de  
MÓS

# PRESTAÇÃO DE CÓNTAS 2010







# ÍNDICE

MENSAGEM DO SR. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL.....	2
I - O MUNICIPIO DE PORTO DE MÓS.....	4
II - RELATÓRIO E CONTAS DE 2010.....	7
III - RELATÓRIO DE GESTÃO .....	8
1 - Objectivos do Relatório de Gestão.....	8
2 - Análise da Execução Orçamental .....	9
3 - Recursos Humanos .....	21
4 - Apoio Social .....	28
5 - Análise da Dívida .....	30
6 - Endividamento Municipal.....	33
7 - Execução das GOP'S e do Plano .....	38
8 - Indicadores Gerais da Actividade .....	40
9 - Análise da Situação Económica e Financeira.....	41
10 - Proposta de Aplicação de Resultados.....	48
IV - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO .....	49



# PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO 2010



## MENSAGEM DO SR. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Municípios do Concelho de Porto de Mós:

O exercício económico de 2010 na área do Município de Porto de Mós, decorreu globalmente em clima de normalidade relativa na prossecução dos vários objectivos que norteiam a acção do Executivo a que tenho a honra de presidir. O Relatório e Contas, bem como todos os documentos inerentes à prestação de contas, são disso eloquente testemunho.

As metas e objectivos programados para 2010 foram, de uma forma geral, atingidos.

A crise económica e financeira que se abateu sobre o mundo ocidental, atingiu-nos fortemente, significando preocupações acrescidas na gestão municipal. A tendência de descida das receitas correntes registada em 2009 acentuou-se em 2010. O esforço de contenção e de redução dos custos é crescente e o quadro de necessidades sociais e económicas é cada vez mais exigente. Acresce ainda a esta realidade complexa o facto de a mesma ser profundamente influenciada por decisões alheias que condicionam bastante a *performance* dos resultados do exercício de qualquer Executivo Municipal. Na verdade, não são raros os casos em que o grau de eficiência e de eficácia das decisões é prejudicado por depender de terceiros que operam no contexto envolvente da actividade municipal.

Durante o exercício de 2010 procurámos minimizar os efeitos das dificuldades evocadas com empenho, dedicação e rigor nas decisões tomadas, mas também com a flexibilidade adequada às circunstâncias. Em consequência, procurámos desenvolver globalmente a actividade municipal de forma cada vez mais racional, recorrendo à contenção e à selecção de gastos, não hesitando em determinar a redução de alguns deles, adoptando os ajustamentos necessários para a obtenção dos graus de eficiência desejados.

A gestão Municipal torna-se, assim, cada vez mais um desafio permanente às nossas capacidades, ao nosso empenho e ao nosso ânimo.

Foi neste ambiente de dificuldade, mas também de muita energia e espírito de luta, que atravessámos o ano de 2010, dando mais um passo no caminho que é preciso trilhar em direcção à consolidação da melhoria das condições de vida do dia a dia dos Portomosenses. De salientar que neste trajecto pudemos contar com a companhia de todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, com quem saudavelmente trabalhámos em estreita e articulada parceria na busca desse mesmo objectivo.



Atingir objectivos de desenvolvimento equilibrado, significa estarmos atentos e saber fazer as melhores escolhas a pensar, não apenas no curto prazo, mas sobretudo numa estratégia de futuro para o Concelho de Porto de Mós. É por isso que gostaria de referir e partilhar convosco a minha satisfação de ter assistido ao nascimento e ao avanço de alguns projectos que marcam positivamente a actividade municipal neste ano e serão alavanca de desenvolvimento futuro.

- No capítulo do desenvolvimento económico, foi concluída a 2ª fase do Parque Industrial e iniciaram-se as obras de infra-estruturas da 3ª fase, a qual, para além de criar oferta alargada para a instalação de empresas na zona, tornará possível a ligação fácil do mesmo aos grandes eixos rodoviários do país.
- No domínio das acessibilidades, tiveram início obras o IC9, itinerário que atravessa o território do Concelho que o ligará de forma rápida aos auto-estradas A1 e A8. Embora não seja uma obra deste Executivo Municipal, muito foi feito para que a mesma fosse conseguida e se implementasse a conciliação possível com todos os interesses envolvidos.
- Obras de ampliação da rede de águas e do saneamento em vários locais, com destaque especial para a 1ª fase do saneamento em Mira de Aire, e rede de águas na Freguesia do Alqueidão da Serra.
- O ambiente e o turismo foram áreas de intervenção igualmente contempladas com investimento significativo que potencia o desenvolvimento futuro, consubstanciado no avanço das obras de construção do Parque da Vila e no projecto de requalificação da antiga linha de caminho de ferro que assim se converterá numa Eco Via.
- Na educação, foi possível manter os altos níveis de apoio e realizar várias obras e aprovar o projecto para o novo Centro Escolar das Pedreiras.
- Na área da cultura, para além da manutenção do elevado nível de apoio às actividades culturais, foi concluída e inaugurada a nova Casa da Cultura de Mira de Aire. O projecto de arquitectura de requalificação da Central Termo Eléctrica foi objecto de avanço significativo e espera-se que os atrasos verificados sejam ultrapassados em 2011.
- No desporto, mantiveram-se os apoios protocolados aos escalões de formação.
- Na área social, foi possível apoiar, mediar e gerir muitas situações de carência que importa minimizar dentro dos condicionalismos legais e actuais.

Os dados conhecidos sobre a situação actual da economia do Concelho, do País e da Europa não são animadores em relação ao futuro próximo, razão pela qual devemos ser prudentes e não gerar perspectivas infundadas ou optimismos injustificados. Apesar dos tempos que vivemos serem difíceis, podemos garantir que a nossa determinação é a mesma de sempre para ultrapassar as dificuldades e isso permite-nos considerar que o ano de 2011 em curso deverá ser encarado com um optimismo moderado.

À Administração Central, Regional e Local, às Instituições Bancárias e restantes Instituições, bem como a todos os colaboradores e funcionários, deixamos os nossos agradecimentos pelo importante contributo dado na prossecução dos objectivos a que nos propusemos em 2010. Continuamos a contar convosco.

O Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós,

João Salgueiro



## I - O MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

### 1 - Estrutura Organizacional

O Município de Porto de Mós tem sede na Praça da República, 2480-851 Porto de Mós, contribuinte fiscal nº 505586401, telefone nº 244 499600, fax nº 244 499601 e email geral@municipio-portodemos.pt. Esta entidade visa através dos seus órgãos representativos (Executivo e Deliberativo), a prossecução de interesse próprios, comuns e específicos das populações do Concelho de Porto de Mós.

O Município rege-se pelas normas gerais e comuns aos restantes municípios que lhe confere as atribuições previstas na Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, consubstanciada pelas competências estabelecidas na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

#### 1.1 - Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal

A estrutura organizacional da Câmara Municipal de Porto de Mós no ano económico em análise foi aprovada pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada a 30 de Abril de 2004. De salientar que em Janeiro do ano 2011 entrou em vigor o Novo Regulamento da Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Porto de Mós.





## 1.2 - Descrição Sumária das Actividades

É atribuição dos Municípios e nos termos do artigo 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, o desenvolvimento de actividades que estão associadas à satisfação das necessidades das populações nos seguintes domínios:

- a) Equipamento Rural e Urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e Comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Acção Social;
- i) Habitação;
- j) Protecção Civil;
- k) Ambiente e Saneamento Básico;
- l) Defesa do Consumidor;
- m) Promoção do Desenvolvimento;
- n) Ordenamento do Território e Urbanismo;
- o) Polícia Municipal;
- p) Cooperação Externa.

A capacidade de intervenção dos Municípios no desenvolvimento apoia-se nas competências atrás referidas e nos meios financeiros definidos e consagrados na Lei nº 42/98, de 6 de Agosto – Lei das Finanças Locais, actualmente revogada pela Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro.

## 1.3 – Órgão Executivo

No período compreendido entre 01/01/2010 a 31/12/2010 o Órgão Executivo foi composto por:

Presidente – João Salgueiro;

Vereador a Tempo Inteiro – Albino Pereira Januário;

Vereador a Tempo Inteiro – Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves, (no período compreendido entre 01/01/2010 a 18/06/2010);

Vereador a Tempo Inteiro – Anabela dos Santos Martins;

Vereador a Meio Tempo – Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo;

Vereador a Meio Tempo – Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro (no período compreendido entre 25/06/2010 a 31/12/2010);

Vereador – Júlio João Carreira Vieira;

Vereador – Luís Manuel Coelho de Almeida.





## 1.4. – Organização Contabilística

O regime contabilístico adoptado é o do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL.

Nesta Autarquia Local o sistema informático adoptado é o SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica. É uma aplicação informática que possibilita o processamento do POCAL, em respeito pelo disposto no Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro e foi fornecido pela AIRC (Associação Informática do Centro) e integra designadamente:

- Contabilidade Orçamental e Patrimonial;
- Permite o controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspectiva de caixa e de compromissos.
- Cumpre, a nível dos documentos previsionais, os princípios orçamentais e a disponibilização de informação sobre a situação patrimonial da Autarquia Local.

## II - RELATÓRIO E CONTAS DE 2010

Nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 68º e alínea e) do nº 2 do artigo 64º, ambos da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de Prestação de Contas bem como o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva avaliação referente ao ano 2010, são aprovados pelos Membros do Executivo Municipal, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com a alínea c) do nº 2 do Artigo 53º da referida Lei.

Serão objecto de análise a execução orçamental da receita e da despesa, bem como os investimentos.

Numa perspectiva patrimonial, a situação financeira espelhará a análise ao Balanço e Demonstração de Resultados e respectivos indicadores financeiros, embora também com grande focalização na evolução das dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazos.

No relatório de gestão, pretende-se dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a síntese das actividades desenvolvidas pelo Município de Porto de Mós no ano de 2010 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do Executivo.

O Relatório de 2010 mantém a mesma estrutura dos elaborados anteriormente, o que vai permitir não só uma leitura e interpretação fácil dos dados, mas também proporcionar a quem o lê uma análise comparativa com os anos anteriores que, enquadrada com a realidade sócio-económica verificada no período de referência, permitirá apreciar de forma consubstanciada a gestão efectuada.

Os documentos de prestação de contas são enviados ao Tribunal de Contas dentro do prazo



legalmente fixado para o efeito, após a aprovação pelo Órgão Executivo, independentemente da sua apreciação pelo Órgão Deliberativo.

A Resolução nº 4/2001 do Tribunal de Contas, publicada no D.R. nº 191, II Série, de 18 de Agosto de 2001, determina ainda que os documentos de prestação de contas a apresentar pelas Autarquias Locais cujo movimento anual de receita seja igual ou superior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública sejam acompanhados da seguinte documentação:

- Guia de remessa;
- Acta de reunião em que foi discutida e votada a conta;
- Norma de controlo interno e suas alterações;
- Síntese das reconciliações bancárias;
- Relação nominal de responsáveis.

Estando o Município de Porto de Mós obrigado ao cumprimento desta resolução os documentos de prestação de contas são elaborados em conformidade com a mesma.

### III - RELATÓRIO DE GESTÃO

#### 1 - Objectivos do Relatório de Gestão

O presente relatório, traça as linhas de orientação e síntese da actividade desenvolvida e tem por objectivo:

- a) Apresentar a situação económica relativa ao exercício analisando os níveis de execução conseguidos nos domínios das receitas e das despesas, bem como a evolução da gestão nos diversos sectores de actividade, designadamente no que diz respeito ao investimento;
- b) Analisar a situação financeira da Autarquia Local com a apresentação de indicadores de gestão apropriados;
- c) Analisar a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de e a terceiros nos últimos três anos;
- d) Apresentar uma proposta para a aplicação do resultado líquido do exercício;



## 2 - Análise da Execução Orçamental

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do ano 2010 obtiveram aprovação da Câmara Municipal em 03/12/2009 e na Sessão da Assembleia Municipal em 18/12/2009.

No presente sub capítulo é feita a análise do controlo orçamental e do desempenho da Receita e da Despesa

### 2.1 – Modificações Orçamentais

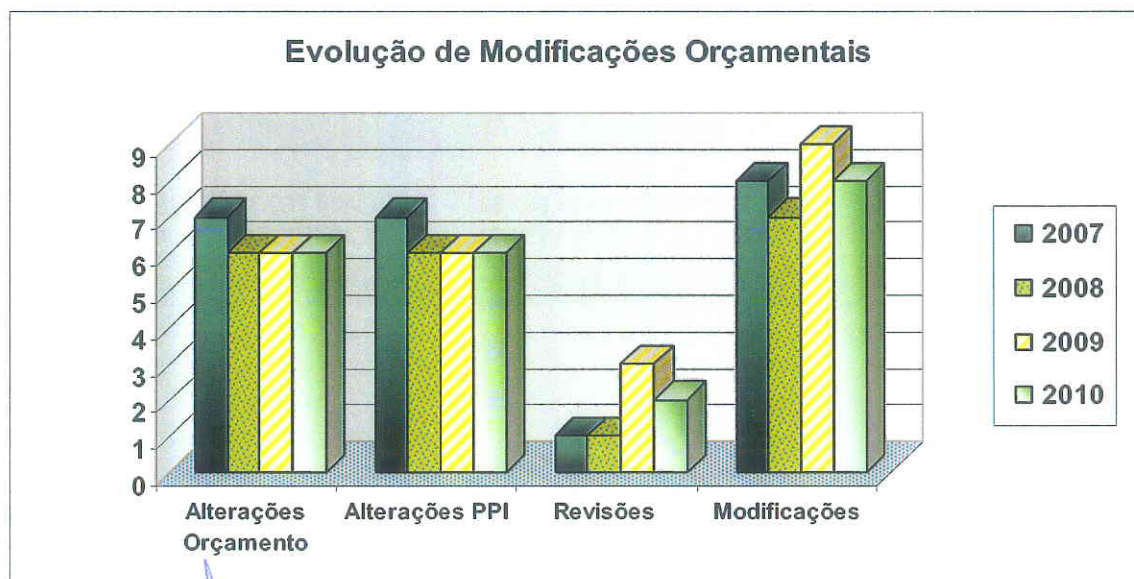
Durante o ano 2010 efectuaram-se 8 Modificações Orçamentais, que foram constituídas por 6 alterações e 2 revisões.

As alterações efectuadas destinaram-se ao reforço de dotações das GOP's e do Orçamento de Despesa.

Das revisões efectuadas a primeira, aprovada em 25 de Junho do ano 2010, destinou-se essencialmente à inclusão do Saldo da Gerência Anterior de 2009. A segunda revisão, aprovada em 24 de Setembro do ano 2010 destinou-se à inclusão nas GOP's, do projecto de investimento do Centro Escolar das Pedreiras não previsto inicialmente a quando da elaboração daquele documento.

O quadro e gráfico seguintes revelam a evolução das modificações orçamentais.

Anos	Alterações		Revisões	Modificações
	Orçamento	PPI		
2007	7	7	1	8
2008	6	6	1	7
2009	6	6	3	9
2010	6	6	2	8





## 2.2 – Execução Orçamental da Receita e da Despesa

### 2.2.1 – Exercício de 2010 vs Orçamento de 2010

A análise, ainda que de forma sintética e global, da contabilidade orçamental permite acompanhar o processo de arrecadação de receitas e realização de despesas. Esta análise, baseada nos mapas de execução orçamental que fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas visam a comparação entre o Orçamento Inicial, o Orçamento corrigido ou Final e o Orçamento Executado, permitindo conhecer os desvios aos valores previstos e as variações ocorridas.

Analisando o quadro seguinte e comparando os valores previstos no Orçamento com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, e bem assim a taxa de execução dos vários tipos de receita e da despesa. **Em termos totais a taxa de execução da receita fixou-se em 67,22%, enquanto que a taxa de execução da despesa total ascendeu aos 67,13%.**

Estes valores traduzem assim a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, sendo que a taxa referente às despesas refere-se a valores pagos, enquanto que no caso da receita são valores efectivamente recebidos.

Un.: Euros

Ano 2010					
Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução (Receita arrecadada e Despesa Paga)	Desvio (Executado - Final)	Taxa Execução
<b>Receita:</b>					
- Corrente	15.749.136,00	15.754.136,00	12.924.387,57	- 2.829.748,43	82,04%
- Capital	11.202.648,00	11.212.148,00	5.198.160,76	- 6.013.987,24	46,36%
- Out Receitas	10.000,00	24.512,43	19.350,39	-5.162,04	78,94%
<b>Total</b>	<b>26.961.784,00</b>	<b>26.990.796,43</b>	<b>18.141.898,72</b>	<b>- 8.848.897,71</b>	<b>67,22%</b>
<b>Despesa:</b>					
- Corrente	13.900.134,00	14.191.754,00	11.756.991,63	- 2.434.762,37	82,84%
- Capital	13.061.650,00	12.799.042,43	6.360.939,94	- 6.438.102,49	49,70%
<b>Total</b>	<b>26.961.784,00</b>	<b>26.990.796,43</b>	<b>18.117.931,57</b>	<b>- 8.872.864,86</b>	<b>67,13%</b>



## 2.2.2 – Taxas de Execução Orçamental no Triénio de 2008/2010

O quadro seguinte reflecte a evolução das taxas de execução do Orçamento nos últimos 3 anos.

<b>Taxas de Execução</b>			
<b>Designação</b>	<b>Ano 2008</b>	<b>Ano 2009</b>	<b>Ano 2010</b>
<b>Receita:</b>			
-Corrente	81,17%	86,34%	82,04%
-Capital	35,69%	35,94%	46,36%
-Outras Receitas	94,70%	58,72%	78,94%
<b>Totais</b>	<b>63,09%</b>	<b>63,61%</b>	<b>67,22%</b>
<b>Despesa:</b>			
-Corrente	79,25%	79,19%	82,84%
-Capital	46,20%	46,81%	49,70%
<b>Totais</b>	<b>63,00%</b>	<b>63,56%</b>	<b>67,13%</b>

No campo das receitas correntes, verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho menos positivo em relação ao ano transacto. As receitas de capital registaram um desempenho bastante positivo atingindo os 5.198.160,76 euros, representando uma taxa de execução de 46,36%.

Quanto ao agregado da despesa, constata-se que as despesas correntes tiveram um nível de execução de 82,84%, enquanto que as despesas de capital apresentaram uma taxa de execução de 49,70%.

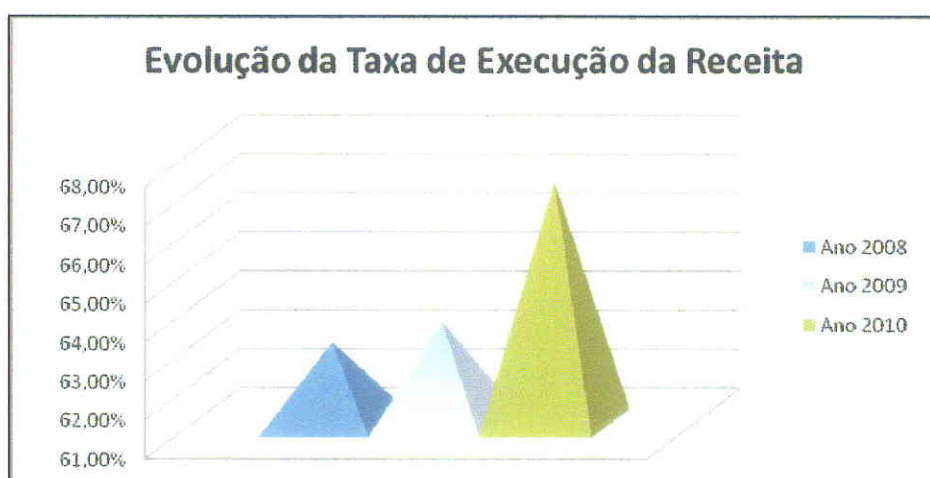


### 2.2.3– Execução Orçamental da Receita

A estrutura e execução da Receita do ano 2010, encontram-se apresentadas no quadro abaixo.

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobr. Brutas	Grau Exec. Receita (%)
Impostos directos	3.148.639,00	2.621.786,63	83,27%
Impostos indirectos	173.194,00	104.890,05	60,56%
Taxas, multas e outras penalidades	306.646,00	262.402,60	85,57%
Rendimentos da propriedade	1.377.050,00	936.428,70	68,00%
Transferências correntes	6.832.507,00	6.536.572,00	95,67%
Venda de bens e serviços correntes	3.836.100,00	2.450.261,96	63,87%
Outras receitas correntes	80.000,00	12.045,63	15,06%
Venda de bens de investimento	1.160.000,00	105.775,00	9,12%
Transferências de capital	8.419.749,00	4.414.407,90	52,43%
Activos Financeiros	10.000,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	1.547.399,00	677.977,86	43,81%
Outras receitas de capital	75.000,00	0	0,00%

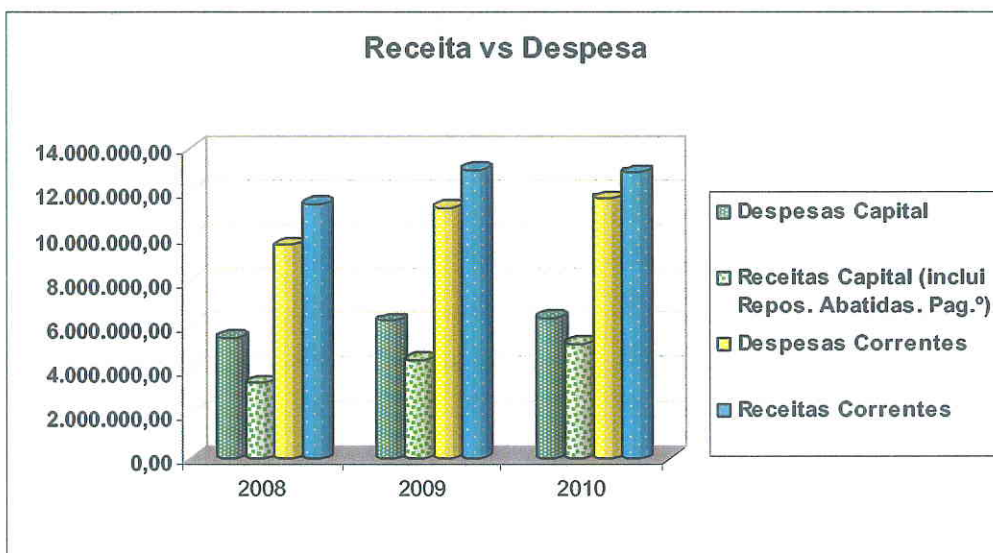
Nota: Valor percentual calculado relativamente às Receitas Cobradas Brutas





## 2.2.4– Evolução da Receita e da Despesa

O gráfico que a seguir se apresenta permite fazer uma análise comparativa da estrutura e respectiva evolução, da receita e da despesa no período 2008 a 2010.

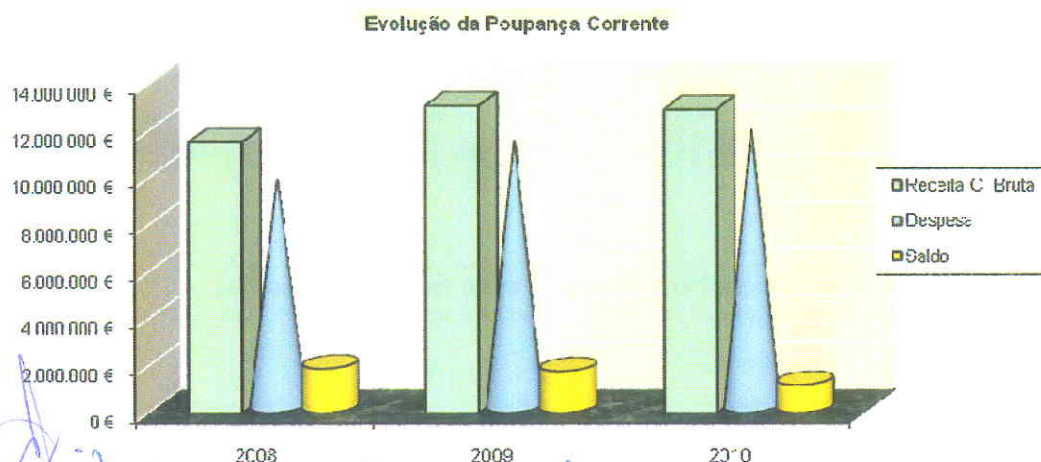


O princípio do equilíbrio orçamental consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, determina que “O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

Esta norma manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pela Autarquia, resultando numa evolução contínua e sustentada das contas nos últimos três anos, uma vez que as receitas correntes superam as despesas correntes, traduzindo uma situação favorável.

Da execução orçamental resultou uma poupança corrente efectiva de 1.167.395,94 euros, valor destinado a financiar 18,35% das despesas de capital.

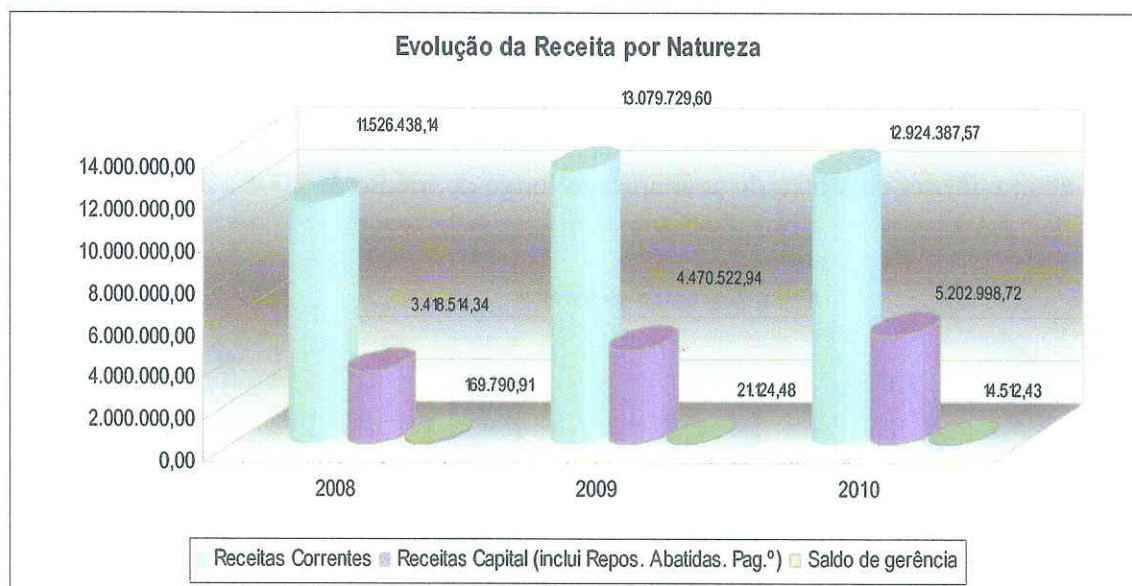
O gráfico abaixo ilustra o esforço de poupança ao longo do triénio de 2008 / 2010





## 2.2.5 – Evolução da Receita por Natureza

DESIGNAÇÃO	Receita Cobrada Bruta			Taxa Variação de 2010 em relação a 2008	Taxa Variação de 2010 em relação a 2009
	2008	2009	2010		
Impostos directos	2.594.915,27	2.993.165,96	2.621.786,63	1,04%	-12,41%
Impostos indirectos	197.149,12	129.082,95	104.890,05	-46,80%	-18,74%
Taxas, multas e outras penalidades	298.585,08	284.809,23	262.402,60	-12,12%	-7,87%
Rendimentos da propriedade	907.574,91	929.529,39	936.428,70	3,18%	0,74%
Transferências correntes	5.118.092,63	6.380.992,38	6.536.572,00	27,71%	2,44%
Venda de bens e serviços correntes	2.388.541,62	2.338.705,05	2.450.261,96	2,58%	4,77%
Outras receitas correntes	21.579,51	23.444,64	12.045,63	-44,18%	-48,62%
Venda de bens de investimento	139.951,01	329.677,14	105.775,00	-24,42%	-67,92%
Transferências de capital	2.858.114,05	3.484.608,51	4.414.407,90	54,45%	26,68%
Activos financeiros	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	347.428,41	656.151,27	677.977,86	95,14%	3,33%
Outras receitas de capital	72.553,69	-	-	-	-
Reposições não abatidas nos pagamentos	467,18	86,02	4.837,96	935,57%	5524,23%
Saldo da gerência anterior	169.790,91	21.124,48	14.512,43	-91,45%	-31,30%
<b>TOTAL</b>	<b>15.114.743,39</b>	<b>17.571.377,02</b>	<b>18.141.898,72</b>	<b>20,03%</b>	<b>3,25%</b>







### 2.2.5.1 – Evolução da Receita Corrente

DESIGNAÇÃO	2008	2009	2010
	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS
Impostos directos	2.594.915 €	2.993.166 €	2.621.786,63€
Impostos indirectos	197.149 €	129.083€	104.890,05€
Taxas, multas e outras penalidades	298.585 €	284.809€	262.402,60€
Rendimentos da propriedade	907.575 €	929.529 €	936.428,70€
Transferências correntes	5.118.093 €	6.380.992 €	6.536.572,00€
Venda de bens e serviços correntes	2.388.542 €	2.338.705 €	2.450.261,96€
Outras receitas correntes	21.580 €	23.445 €	12.045,63€
<b>Receita Corrente (Total)</b>	<b>11.526.439€</b>	<b>13.079.729€</b>	<b>12.924.387,57€</b>

As receitas correntes atingiram em 2010, o montante de 12.924.387,57 euros e foram alimentadas sobretudo pelos Impostos Directos (Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Veículos e Imposto Municipal sobre as Transacções Onerosas Imóveis (I.M.T.)), pela Venda de Bens e Serviços Correntes e pelas transferências correntes. O valor das transferências correntes contém as receitas provenientes sobretudo das transferências do Orçamento de Estado (FEF, FSM e participação IRS) e da transferência de competências para o Município em matéria de educação e acção social.

### 2.2.5.2 – Evolução da Receita de Capital

DESIGNAÇÃO	2008	2009	2010
	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS
Venda de bens de investimento	139.951 €	329.677€	105.775,00 €
Transferências de capital	2.858.114 €	3.484.609€	4.414.407,90€
Activos financeiros	- €	- €	- €
Passivos financeiros	347.428 €	656.151€	677.977,86€
Outras receitas de capital	72.554 €	-€	- €
<b>Receita Capital (Total)</b>	<b>3.418.047€</b>	<b>4.470.437€</b>	<b>5.198.160,76 €</b>

No que se refere à Receita de Capital, mais concretamente às “*Transferências de Capital*”, as taxas de execução cifraram-se em valores superiores ao do ano 2009. Dos projectos que se encontravam já em execução foi possível no ano 2010 arrecadar 1.755.150,50 euros de receita apoiada pelo programa QREN.

Dos projectos integrados no QREN que obtiveram contrapartidas comunitárias no ano em análise, foram a Ampliação da Escola de S. Jorge no montante de 72.546,28 €, a Construção do Polo Educativo de S. Bento no montante de 151.581,10 €, a Construção da Extensão de Saúde do Juncal no montante de 133.745,73 €, a Construção da Casa de Cultura de Mira de Aire no montante de 1.087.320,35 €, a requalificação da rua 5 de Outubro / Metre de Aviz em Porto de Mós no montante de 98.638,78 €, as Obras na Helipista de Alcaria no montante de 104.104,18 € e a Construção do Parque da Vila em Porto de Mós no montante de 107.214,08 €.



De seguida apresenta-se um quadro identificativo das candidaturas aprovadas e submetidas à data de 31 de Dezembro de 2010.

Un.: Euros

Designação do Projecto	Programa	Investimento Total	Financiamento Elegível	Comparticipação Feder
<b>Candidaturas Aprovadas</b>				
Requalificação das Antigas Piscinas Municipais para Espaço Jovem	Mais Centro	395.834,59	323.533,60	226.473,52
Centro Municipal de Protecção Civil	Mais Centro	192.234,00	192.234,00	134.563,80
Plano De Emergência de Porto de Mós	Mais Centro	13.377,70	13.377,70	9.364,39
Casa da Cultura de Mira de Aire	Mais Centro	1.807.664,00	1.801.310,77	1.189.999,89
Construção da Extensão de Saúde do Juncal	Mais Centro	243.941,19	243.941,19	170.758,83
Ampliação da Escola Básica de S. Jorge	Mais Centro	234.583,64	169.319,36	118.523,55
Construção do Polo Educativo de S. Bento	Mais Centro	466.000,10	227.941,36	159.558,95
Saneamento de Mira de Aire	POVT	2.054.730,43	1.704.704,74	1.193.293,32
Parque do Parque da Vila de Porto de Mós	Mais Centro	2.315.250,00	1.992.230,38	1.045.263,51
Construção da Ecopista Reconversão da Linha-Férrea 1ª Fase	Mais Centro	485.580,86	485.580,86	243.169,18
Construção do Parque Industrial 3ª Fase	Mais Centro	1.714.766,66	792.733,55	554.913,49
Requalificação das Ruas 5 de Outubro/ Mestre de Avis	Mais Centro	165.367,08	165.366,68	109.901,04
<b>Sub Total</b>		<b>10.089.330,25</b>	<b>8.112.274,19</b>	<b>5.155.783,47</b>
<b>Candidaturas Submetidas</b>				
Reformulação de Ecopontos e RSU	Mais Centro	215.305,00	215.305,00	107.652,50
Requalificação da Frente Ribeirinha do Rio Lena / Recuperação das Estruturas Ecológicas	Mais Centro	218.752,85	218.752,85	109.376,43
Requalificação da Av. Santo António /Dr. Francisco Sá Carneiro	Mais Centro	444.735,44	444.735,44	238.485,60
Requalificação da Alameda Afonso Henriques	Mais Centro	214.300,00	214.300,00	107.150,00
Requalificação da Avenida da Liberdade /Rua Adriano Carvalho	Mais Centro	383.977,99	383.977,99	243.817,24
Remodelação da Conduta do Tojal	Mais Centro	222.337,43	197.314,23	157.851,38
Ampliação da Rede Águas S. Bento/ Penedos Belos	Mais Centro	148.568,92	126.676,06	101.340,85
Reforço do Abastec. De Água ao Livramento	Mais Centro	148.565,98	130.007,41	104.005,93
<b>Sub Total</b>		<b>1.996.543,61</b>	<b>1.931.068,98</b>	<b>1.169.679,93</b>
<b>TOTAL</b>		<b>12.085.873,86</b>	<b>10.043.343,17</b>	<b>6.325.463,40</b>



## 2.2.6 – Evolução da Despesa por Natureza

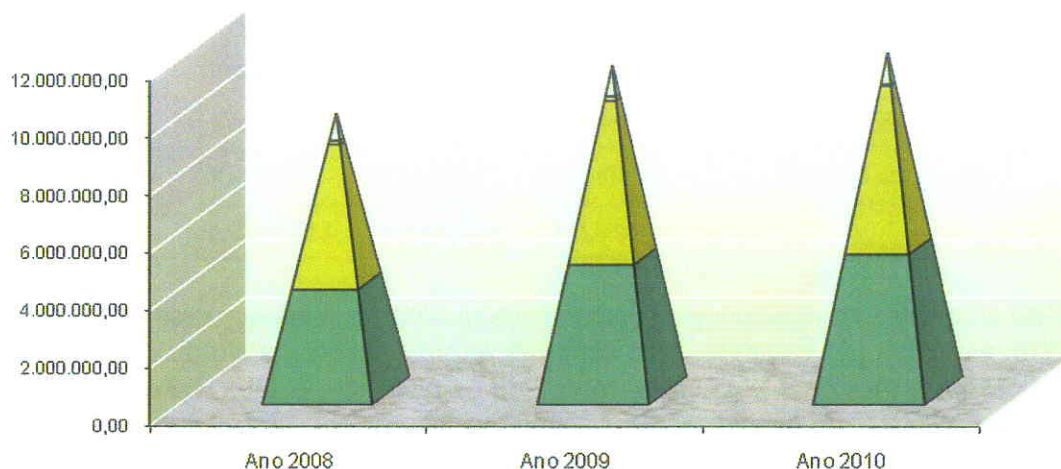
### 2.2.6.1 – Evolução da Despesa Corrente

O quadro seguinte mostra a evolução da despesa corrente no triénio de 2008/2010, evidenciando a execução orçamental numa “óptica de caixa”

Un.: Euros

Evolução Despesas Correntes	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010
01 - Pessoal	3.811.517,51	4.671.242,84	5.025.127,30
02 - Aquisição de Bens e Serviços	4.798.237,88	5.459.351,69	5.619.747,53
03 - Juros e Outros Encargos	127.210,15	144.857,37	56.944,69
04 - Transferências Correntes	816.019,16	849.445,14	961.976,47
05 - Subsídios			
06 - Outras Despesas Correntes	100.731,57	190.543,04	93.195,64
<b>Total</b>	<b>9.653.716,27</b>	<b>11.315.440,08</b>	<b>11.756.991,63</b>

**Evolução da Despesa Corrente**



A despesa com pessoal registou um acréscimo resultante essencialmente do contrato de execução assinado com o Ministério da Educação que não reflecte no ano 2009 dois meses de encargos com esses trabalhadores no montante de cerca de 119.000,00€, da subida obrigatória de níveis remuneratórios resultantes da aplicação da nova lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR) no montante de cerca de 57.200,00 € e do aumento verificado nos encargos com a saúde, nomeadamente a retenção feita, para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), nos termos do nº 1 do artigo 78º do Decreto – Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, que estabeleceu as disposições necessárias à execução do Orçamento do estado para 2010, aprovado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, aumento este que ascende aos 167.000,00 €.



A evolução registada na despesa corrente, nomeadamente no capítulo da aquisição de bens e serviços, reflecte também a preocupação séria que este executivo tem tido na sua realização. No entanto, existem despesas desta natureza em que é muito difícil, ou mesmo impossível, a sua redução, como é o caso dos serviços básicos prestados pelo Município, nos domínios da educação escolar, da água, do saneamento e da recolha e tratamento dos RSU's, conforme evidenciado no seguinte quadro.

### Rubricas com maior peso no conjunto da despesa corrente e sua evolução

Fornecedores	Tipo de Serviço ou Produto	Valor Pago (Euros)			Taxa Variação 2009/2010
		2008	2009	2010	
Suma, Sa	Limpeza Higiene Urbana	568.001,59 €	628.662,56 €	591.176,56 €	-6,0%
EDP Universal, Sa	Electricidade	863.725,96 €	895.329,12 €	955.364,44 €	6,7%
Valorlis, Sa	Tratamento Resid. Sólidos	253.202,76 €	298.122,61 €	289.280,55 €	-3,0%
Simlis, Sa	Trat. Efluentes Urbanos	261.107,83 €	334.716,82 €	435.165,65 €	30,0%
Repsol Portuguesa Sa	Fornecimento Combustível e Portagens	184.086,94 €	152.769,80 €	115.667,75 €	-24,3%
Petróleos de Portugal - Petrogal Sa	Fornecimento Combustível	-	-	51.747,87 €	-
Associação Desportiva Portomosense	Diversos Serviços Educação	273.645,80 €	444.869,50 €	435.669,28 €	-2,1%
Casa do Povo da Calvaria de Cima	Fornecimento Almoços e Prolongamentos	83.846,93 €	95.546,47 €	115.127,45 €	20,5%
Centro Paroquial Assistência do Juncal	Fornecimento Almoços e Prolongamentos e Transportes	104.405,75 €	109.013,59 €	121.745,72 €	11,7%
Rodoviária do Tejo	Transporte de Alunos	204.294,49 €	313.859,10 €	280.355,85 €	-10,7%
Águas do Lena	Fornecimento de Água	36.929,05 €	79.400,14 €	48.258,26 €	-39,2%
EPAL	Fornecimento de Água	213.985,76 €	206.926,00 €	231.540,25 €	11,9%
C.T.T.	Avença e Enc. Cob. Água	54.040,51 €	86.283,17 €	84.679,14 €	-1,9%
<b>Total</b>		<b>3.101.273,37 €</b>	<b>3.645.498,88 €</b>	<b>3.755.778,77 €</b>	<b>3,0%</b>

Da análise do quadro verifica-se que existem despesas correntes em que esse combate se mostra infrutífero, a avaliar, por exemplo, pelo défice de exploração acentuado no que respeita aos serviços básicos prestados pelo Município, sobretudo os referentes à água, saneamento e à recolha e tratamento de lixo. A tendência das receitas nestas áreas é para a diminuição e a despesa para o aumento a avaliar pelos dados constantes do quadro anterior com aumentos nos custos directos, por exemplo com as empresas Simlis, S.A. e EPAL.

A análise a seguir apresentada permite verificar o esforço financeiro desenvolvido pela Autarquia, nestas áreas de intervenção e no cumprimento das suas atribuições, demonstrando-se o custo social suportado no ano 2010.



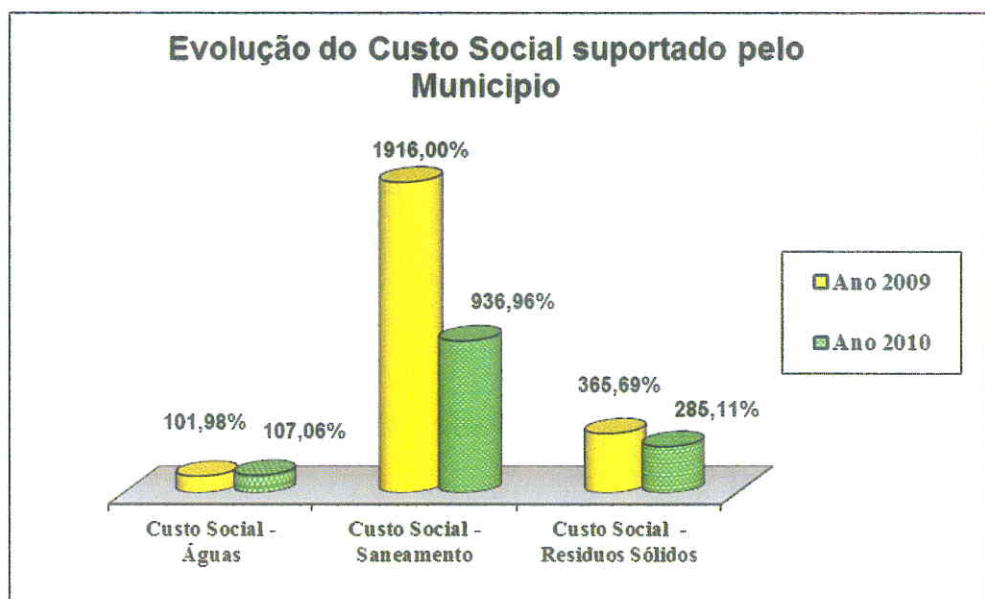
### Conta Exploração de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos

1. Receita	Ano 2010
Água	1.115.800,59 €
Saneamento	160.685,14 €
Resíduos sólidos	453.292,07 €

2. Despesa	Custos Imputados ao serviço relativos ao ano 2010 (*)				
	Custos Directos	Custos Indirectos	Investimento realizado Ano 2010	Apoio QREN / esperado	Custo Total
2.1 Água	1.177.349,49 €	731.369,50 €	537.779,09 €	136.153,47 €	2.310.344,61 €
2.2 Saneamento	842.345,89 €	523.265,27 €	690.264,69 €	389.628,55 €	1.666.247,30 €
2.3 Resíduos Sólidos	1.071.376,75 €	665.539,24 €	8.765,24 €	0,00 €	1.745.681,23 €

Custo Social / ano, suportado pelo Município - Águas	1.194.544,02 €	107,06%
Custo Social / ano, suportado pelo Município - Saneamento	1.505.562,16 €	936,96%
Custo Social / ano, suportado pelo Município - resíduos Sólidos	1.292.389,16 €	285,11%

(\*) Na análise dos custos do ano 2010 não foram imputados os custos de investimentos futuros.



#### 2.2.6.2 – Evolução da Despesa de Capital

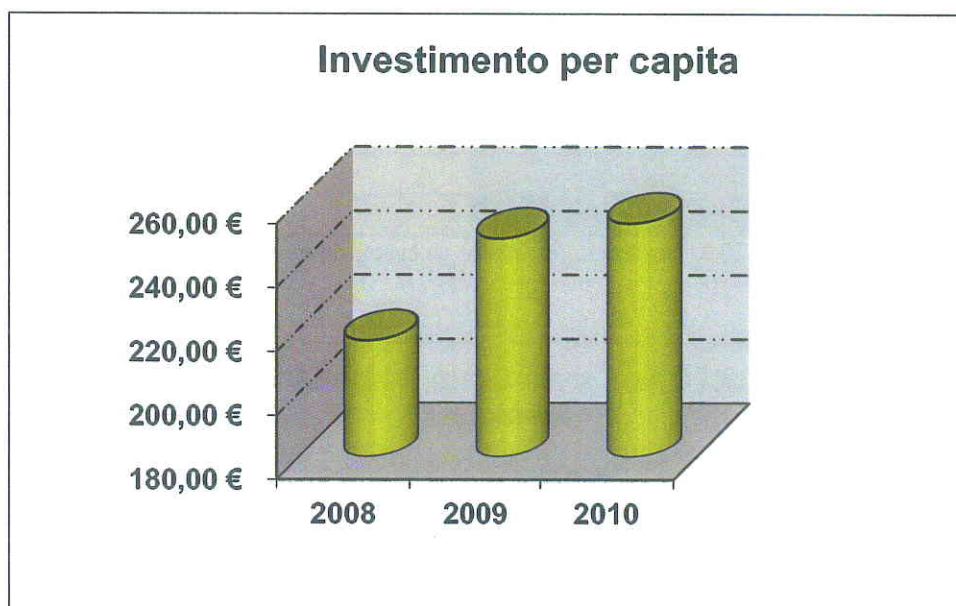
O aumento constante do investimento ao longo dos últimos três anos é o resultado concreto de um dos objectivos do Executivo Municipal desde a sua tomada de posse.

O quadro e o gráfico seguintes ilustram inequivocamente o esforço dispendido na busca da meta pretendida.

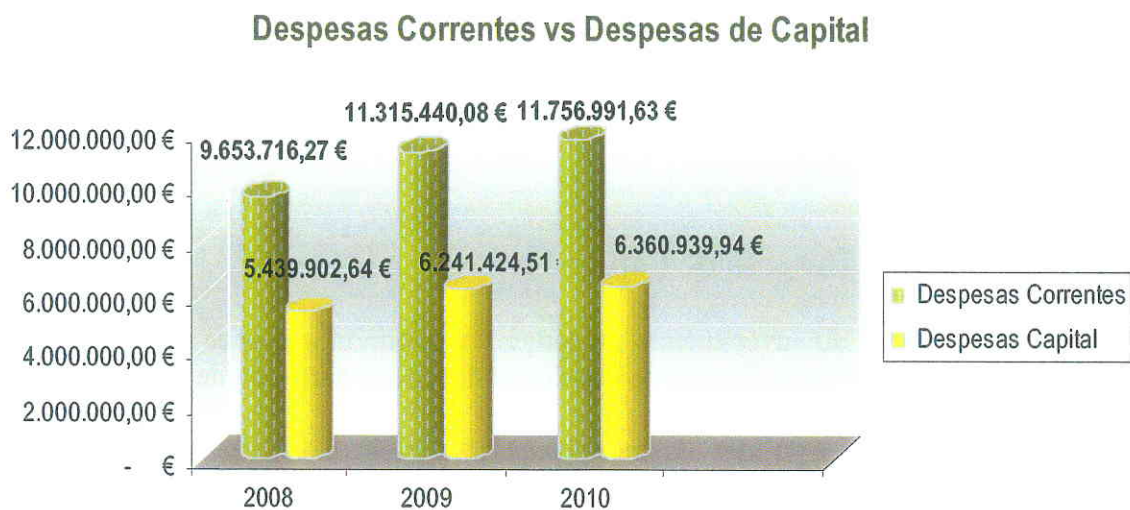


### 2.2.6.3 – Investimento por Residente

Exercícios Económicos	Montante Executado	Nº de habitantes	Investimento por residente
2008	5.439.902,64 €	25153	216,27 €
2009	6.241.424,51 €	25153	248,14 €
2010	6.360.939,94 €	25153	252,89 €



### 2.2.7– Despesas de Capital Vs Despesas Correntes





### 3 - Recursos Humanos

O funcionamento da estrutura municipal depende essencialmente dos recursos humanos.

O número de trabalhadores ao serviço da Autarquia em 31 de Dezembro do ano 2010 era de 340, sendo que destes 71 trabalhadores são decorrentes do Contrato de Execução de Transferências de Competências para os Municípios em matéria de Educação com efeitos a 01/03/2009.

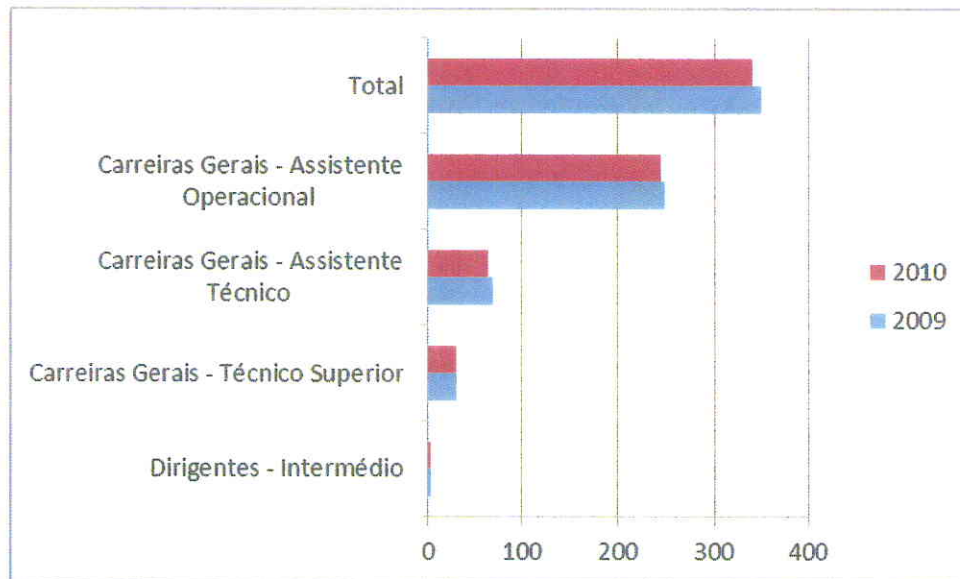
Seguidamente apresentamos a composição do pessoal do Município de Porto de Mós a 31 de Dezembro do ano 2010, e a evolução relativamente a 31 de Dezembro 2009.

#### Composição do Pessoal a 31 de Dezembro 2010

	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	TOTAL
Comissão de Serviço	3	1	0	0	4
CTFP por Tempo Indeterminado	0	26	61	170	257
CTFP a Termo Resolutivo Certo	0	3	2	74	79
<b>TOTAIS</b>	<b>3</b>	<b>30</b>	<b>63</b>	<b>244</b>	<b>340</b>

#### Evolução do Pessoal segundo o Grupo Profissional

Designação	2009	Peso Relat. (%)	2010	Peso Relat. (%)	Var. Abs.
Dirigentes - Intermédio	3	0,86%	3	0,88%	0
Carreiras Gerais - Técnico Superior	30	8,57%	30	8,82%	0
Carreiras Gerais - Assistente Técnico	69	19,71%	63	18,53%	-6
Carreiras Gerais - Assistente Operacional	248	70,86%	244	71,76%	-4
<b>TOTAL</b>	<b>350</b>	<b>100,00%</b>	<b>340</b>	<b>100,00%</b>	<b>-10</b>



### Contrato Emprego Inserção – CEI (IEFP)

Relativamente aos Contrato Emprego Inserção – CEI (antigos Acordos de Actividade Ocupacional ou Poc's), assistiu-se que no ano 2010 o número de beneficiários deste programa se manteve na média do ano 2009, verificando-se que em 31 de Dezembro de 2010 se registaram menos 4 beneficiários em relação ao período homólogo do ano transacto.

### Estágios

É de registar ainda que no ano 2010 a Câmara Municipal acolheu 12 estágios curriculares, pretendendo-se contribuir para a formação dos jovens em contexto de trabalho.

Quanto ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), foi realizado 1 estágio profissional. Salienta-se que este estágio não representou um efectivo encargo financeiro para a Câmara Municipal, dado que a comparticipação financeira do mesmo foi de 100%.

Refira-se ainda que no ano 2010, na sequência de novas medidas de apoio ao emprego e do novo programa de “Estágios-Qualificação-Emprego”, acolheu a Câmara Municipal um estágio profissional nível III, de técnicas de acção educativa ao abrigo deste novo programa, comparticipado pelo IEFP em 50% das despesas.

### Formação Profissional

Durante o ano 2010, participaram 153 trabalhadores em 26 formações, realizadas por várias entidades, encontrando-se ainda uma delas a decorrer onde participam 2 trabalhadores.

O quadro seguinte descreve a formação ministrada durante o ano 2010 aos trabalhadores, bem como o número de acções frequentadas, a carga horária de cada uma e o número de formandos inscritos em cada uma.





Entidade	Ação de Formação	Nº Horas	Nº de Formandos
ATAM - Santarém	Registo Predial e Regularização de Imóveis	12	2
ATAM - Santarém	Reest. de Serviços Racionalização de Efectivos e Org. dos Serviços Municipais	14	1
Ordem dos Engenheiros do Centro	Jornadas Técnicas sobre Prevenção e Gestão de Catástrofes Naturais	7	1
Polidiagnóstico	Segurança na Execução de trabalhos exteriores	7	19
Polidiagnóstico	Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho	6,5	4
Polidiagnóstico	Riscos e Medidas de Prevenção	2	20
Polidiagnóstico	Limpeza e Higienização Espaços	2	54
Polidiagnóstico	Segurança Alimentar	2	5
Instituto Politécnico de Leiria	Suporte Básico de Vida e Desfibrilhação Automática Externa	20	1
CEFA- Coimbra	Alterações ao RJUE	7	11
CEFA- Coimbra	Articulação do RJUE e de Regimes Jurídicos Sectoriais	7	2
Assoc. Port. Emp. de Cong., Animação Turística e Eventos	1º Congresso sobre Enfrentar um Mundo em Mudança	15	4
CAT - Leiria	Manutenção Preventiva de Escavadoras de Rastos CAT	7	1
Assoc. de Municípios Portugueses do Vinho-Ourém	Comunicação Pública e Networking Autárquico	6.5	3
Município da Batalha	Não se nasce leitor	7.5	1
AHPLA - Formação e Consultadoria	Compras, Stocks e Armazém	20	1
AHPLA – Formação e Consultadoria	Atendimento Presencial e Não Presencial	7	4
Ministério da Agricultura	Sistema de Gestão de Incêndios Florestais	2.5	1
Governo Civil de Leiria	Reduzir a Velocidade nas Estradas Portuguesas	21	2
Governo Civil de Leiria	II Cong. Int. de Riscos e VI Encontro Nacional-Prorrogação prazo inscrição bonificada	16	1
Governo Civil de Leiria	Seminário de sensibilização acerca do Nemátodo do Pinheiro	4	1
ISLA - Leiria	Conferência Responsabilidade Social	5	1
Enterprise Europe Network	Concursos Públicos	7	2
Planeta Informático	Transporte Colectivo de Crianças	35	8
Inst. Investigação, Desenv. Estudos Avançados do IPL	Coaching – a arte de desenvolver pessoas	24	1
CEFA - Coimbra	Formação para Altos Dirigentes – A decorrer	300	2



---

### 3.1– Evolução do Absentismo

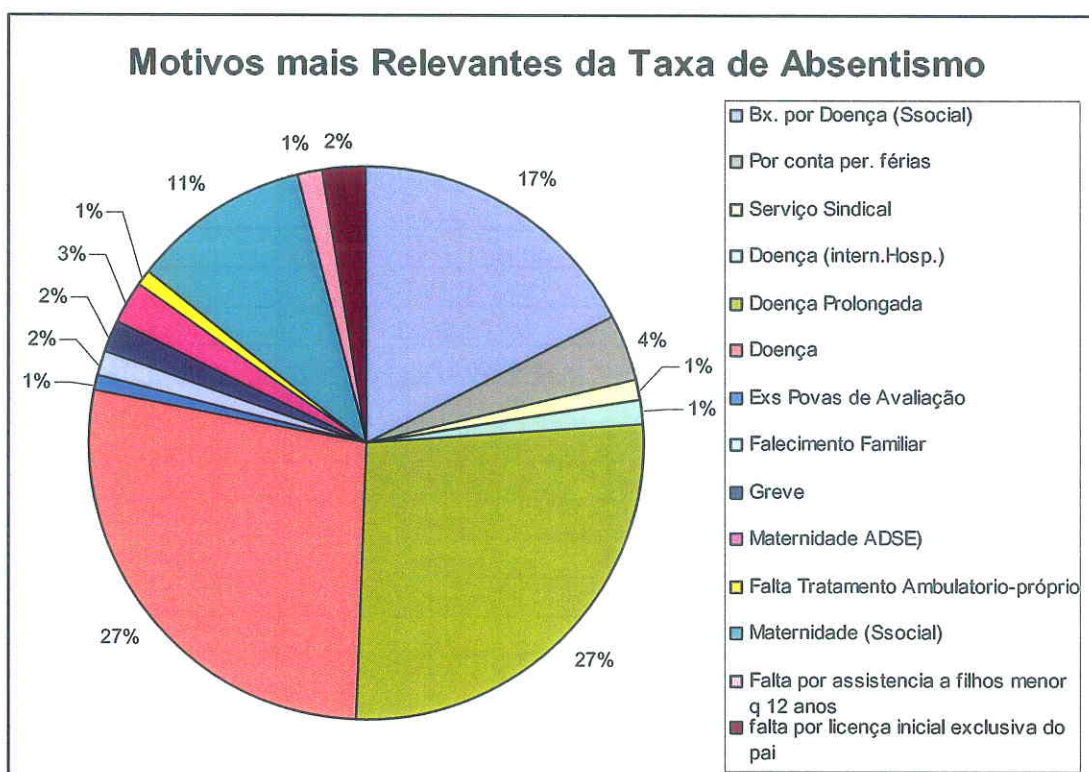
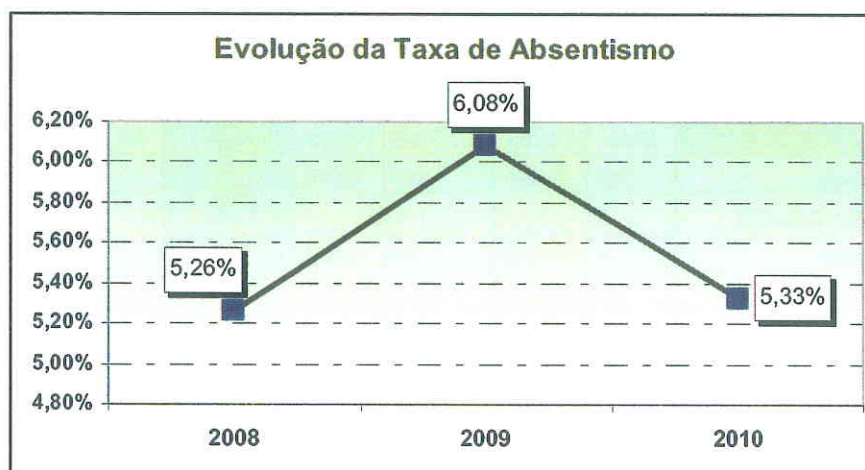
O absentismo registou uma evolução ligeiramente negativa em relação ao exercício transacto, mas mantém-se em valores ainda altos.

Da apreciação do quadro seguinte, que evidencia a tipologia de faltas que traduz o absentismo, verifica-se que no ano 2010, à semelhança dos anos anteriores, as faltas por motivo doença continuam a ser a razão principal de ausência ao serviço, seguidas das faltas por maternidade / paternidade, pelo que se constata que aquelas ausências correspondem, em grande percentagem, a direitos com elevada protecção legal e até social, resultantes da permissiva legislação laboral em vigor.



O quadro seguinte evidencia a evolução dos valores registados e as suas causas.

ABSENTISMO								
Tipos de Faltas	2008		2009			2010		
	Nº. Dias	% de Faltas	Nº. Dias	% de Faltas	Var. Faltas 08	Nº. Dias	% de Faltas	Var. Faltas 09
Bx. por Doença (S.Social)	203	2,16%	612	4,48%	409	962	7,14%	350
Baixa Doença Familiar (S.Social)	0	-	0	-	-	25	0,19%	25
Cons.Méd./Trat.A.Famil.	1	0,02%	24	0,18%	23	27	0,20%	3
Assist.Famil.<10 anos	0	0,00%	100	0,73%	100	0	0,00%	-100
Assist. A Familiares	23	0,52%	18	0,13%	-5	16	0,12%	-2
Consultas Médicas	75	1,70%	2	0,01%	-73	0	0,00%	-2
Cumprtº. Obrig.Legais	1	0,02%	1	0,01%	0	3	0,02%	2
Doação - Sangue	3	0,07%	0	0,00%	-3	0	0,00%	0
Ex. Comp. Diagonósticos	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%	0
Injustificadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%	0
Intern. Filhos <10 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%	0
Part.Mesa Eleitoral	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%	0
Por Acid. Serviço	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%	0
Por actividade Sindical	1	0,02%	0	0,00%	-1	0	0,00%	0
Casamento	33	0,75%	32	0,23%	-1	22	0,16%	-10
Por conta per. Férias	178	4,04%	210	1,54%	32	223	1,66%	13
Serviço Sindical	49	1,11%	50	0,37%	1	56	0,42%	6
Doença (intern.Hosp.)	98	2,22%	50	0,37%	-48	73	0,54%	23
Doença Prolongada	1.477	33,48%	2846	20,84%	1369	1480	10,99%	-1366
Doença	1.546	35,05%	1525	11,17%	-21	1526	11,33%	1
Exs Povos de Avaliação	44	1,00%	40	0,29%	-4	35	0,26%	-5
Falecimento Familiar	83	1,88%	48	0,35%	-35	87	0,65%	39
Greve	18	0,41%	2	0,01%	-16	97	0,72%	95
Maternidade ADSE)	406	9,20%	41	0,30%	-365	152	1,13%	111
Nascimento	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%	0
Falta prova de concursos	0	0,00%	0	0,00%	0	1	0,01%	1
Trat.Ambul.Cons.Exes	14	0,32%	2	0,01%	-12	0	0,00%	-2
Falta Tratamento Ambulatorio-próprio	0		21	0,15%	21	37	0,27%	16
Licença Parental	0	0,00%	10	0,07%	10	0	0,00%	-10
Maternidade (Ssocial)	158	3,58%	537	3,93%	379	588	4,37%	51
Falta por Consultas Pré-natais	0	0,00%	1	0,01%	1	0	0,00%	-1
Falta por assistência a familiares >q 12 anos	0	0,00%	13	0,10%	13	2	0,01%	-11
Falta por assistência a filhos menor q 12 anos	0	0,00%	35	0,26%	35	74	0,55%	39
falta por licença inicial exclusiva do pai	0	0,00%	11	0,08%	11	138	1,02%	127
falta por licença parental inicial	0	0,00%	30	0,22%	30	1	0,01%	-29
<b>Sub Total , sem férias</b>	<b>4.411</b>	<b>5,26%</b>	<b>6261</b>	<b>6,08%</b>	<b>1850</b>	<b>5.625</b>	<b>5,33%</b>	<b>-636</b>
Férias ano anterior	0	0,00%	35	0,00%	35	0	0,00%	-35
Férias contratados	0	0,00%	80	0,00%	80	0	0,00%	-80
Férias	4.970	52,98%	7.278,5	0,00%	2.308,5	7.842,5	58,23%	564
<b>Totais, inc. férias</b>	<b>9.381</b>	<b>11,19%</b>	<b>13.654,5</b>	<b>13,27%</b>	<b>2.423,5</b>	<b>13.467,5</b>	<b>12,75%</b>	<b>-187</b>
<b>T.Func. Média/Ano (a)</b>	<b>299,33</b>		<b>367,58</b>			<b>377,17</b>		



### 3.2– Despesas com o Pessoal

As despesas com o pessoal têm sido objecto de muita atenção por parte do Executivo Municipal não só porque são objecto de grande preocupação e controlo por parte da Administração Central, mas também, e sobretudo, porque tem havido uma atenção especial do Executivo admitir custos desta natureza apenas em casos devidamente justificados.

O quadro seguinte revela a evolução das despesas com o pessoal, em todas as rubricas, no triénio de 2008 / 2010.

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam em 2010 a 5.025.582,70 €. Verificou-se um aumento em relação ao ano anterior de 354.339,86€, resultante essencialmente do contrato de execução assinado com o Ministério da Educação cujo ano 2009 não reflecte dois meses de encargos com esses trabalhadores, da subida obrigatória de níveis remuneratórios



resultantes da aplicação da nova lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR), e do aumento verificado nos encargos com a saúde, nomeadamente a retenção feita, para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), nos termos do nº 1 do artigo 78º do Decreto – Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, que estabeleceu as disposições necessárias à execução do Orçamento do estado para 2010, aprovado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril.

## Resumo dos encargos com o pessoal no triénio de 2008/2010.

	2008	2009	2010
<b>Assembleia Municipal</b>			
<b>Despesas com pessoal</b>	<b>17.328,46 €</b>	<b>14.323,05 €</b>	<b>10.760,71 €</b>
Outros suplementos e prémios	17.211,39 €	14.204,82 €	10.645,40 €
Seguros	117,07 €	118,23 €	115,31 €
<b>Câmara Municipal</b>			
<b>Despesas com pessoal</b>	<b>3.794.189,05 €</b>	<b>4.656.919,79 €</b>	<b>5.014.366,59 €</b>
<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>3.097.875,55 €</b>	<b>3.819.868,73 €</b>	<b>3.981.720,09 €</b>
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	123.482,80 €	133.253,84 €	130.136,47 €
Pessoal dos quadros-Transitado da Anterior Nomeação Definitiva / Contrato Tempo Indeterminado	1.813.602,57 €	2.239.793,90 €	2.288.159,50 €
Alterações de Posicionamento Remuneratório			57.231,44 €
Pessoal contratado a termo	305.759,01 €	425.803,14 €	437.212,07 €
Pessoal em regime de tarefa ou avença	46.054,44 €	3.492,48 €	32.160,94 €
Pessoal aguardando aposentação	10.584,51 €	9.707,95 €	1.354,17 €
Pessoal em qualquer outra situação	24.881,19 €	21.546,74 €	59.496,84 €
Representação	30.714,56 €	32.876,38 €	34.751,80 €
Subsídio de refeição	250.785,06 €	323.228,13 €	340.059,09 €
Subsídio de Férias e de Natal	418.886,62 €	523.632,39 €	523.752,76 €
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	73.124,79 €	106.533,78 €	77.405,01 €
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>87.379,53 €</b>	<b>94.219,95 €</b>	<b>98.507,51 €</b>
Horas extraordinárias	64.292,52 €	77.517,56 €	60.659,96 €
Ajudas de custo	2.384,58 €	1.560,04 €	1.274,17 €
Abono para falhas	1.437,72 €	3.400,84 €	3.197,95 €
Formação	725,40 €		
Subsídio de turno	5.070,05 €	4.697,77 €	4.557,15 €
Indemnizações por cessação de funções	9.155,64 €	1.800,00 €	22.948,77 €
Outros suplementos e prémios	4.313,62 €	5.243,74 €	5.869,51 €
<b>Segurança social</b>	<b>608.933,97 €</b>	<b>742.831,11 €</b>	<b>934.138,99 €</b>
Encargos com a saúde	60.511,53 €	63.029,97 €	230.530,63 €
Outros encargos com a saúde	44.658,72 €	48.795,78 €	42.895,84 €
Subsídio familiar a criança e jovens	31.252,47 €	38.316,22 €	33.793,06 €
Outras prestações familiares	6.858,36 €	12.166,67 €	16.370,15 €
<b>Contribuições para a segurança social</b>	<b>432.581,13 €</b>	<b>544.480,81 €</b>	<b>570.787,71 €</b>
Segurança social dos funcionários públicos	341.477,17 €	378.065,11 €	366.133,42 €
Segurança social-Regime geral	91.103,96 €	166.415,70 €	204.654,29 €
Acidentes em serviço e doenças profissionais			47,30 €
Seguros	33.071,76 €	36.041,66 €	39.714,30 €
<b>Total das Despesas com o Pessoal</b>	<b>3.811.517,51 €</b>	<b>4.671.242,84 €</b>	<b>5.025.127,30 €</b>



## 4 ~ Apoio Social

Os serviços prestados pelo Município de natureza social, são cada vez mais relevantes e têm tido progressivamente um peso cada vez maior no conjunto das despesas correntes.

Assim, verifica-se que embora se tratem de despesas correntes parcialmente comparticipadas pela Administração Central, designadamente o fornecimento de refeições dos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, os prolongamentos de horário e dos encargos com os transportes escolares, registaram em relação ao ano de 2009 um acréscimo de 10,65 %.

A prestação destes serviços de apoio à educação, tem sido uma área de intervenção municipal crescente desde 2005. Este aumento de actividade resulta, não só da transferência de novas competências, como também da vontade do executivo em ampliar tais serviços, uma vez que os entende necessários e devidamente justificados.

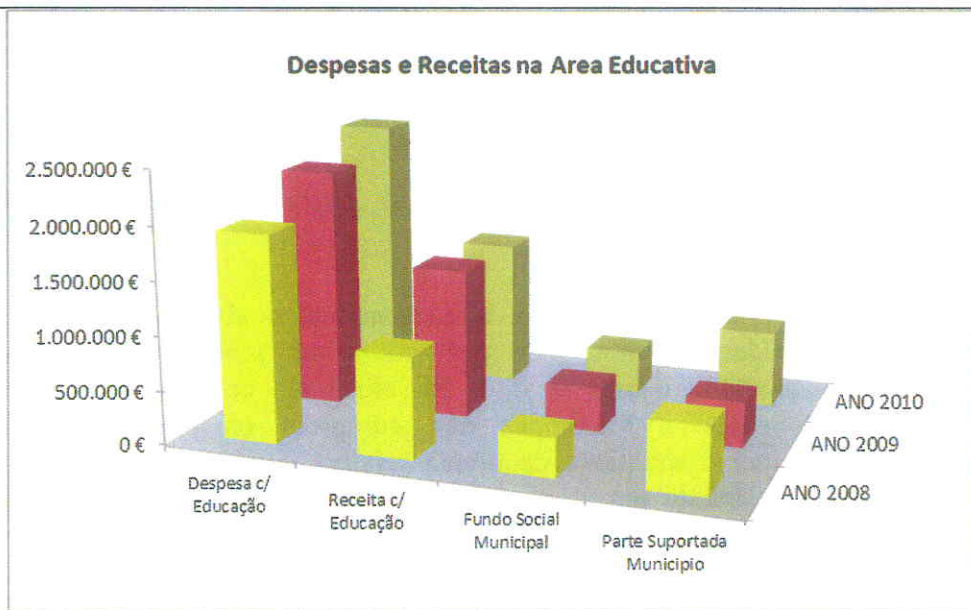
Relativamente à repartição de recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais, a Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), no art. 19.º e art. 24.º determina que o Fundo Social Municipal (FSM) é uma subvenção específica cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os municípios, associadas a funções sociais, nomeadamente educação, saúde ou acção social.

Para o ano 2010 e à semelhança do que já tinha acontecido em anos anteriores, as receitas provenientes do FSM destinaram-se às competências exercidas no domínio da educação. Conforme o Orçamento de Estado 2010, relativamente ao FSM este município recebeu em 2010 o montante de 395.063,00€.

Ainda assim, a verba despendida pelo Município para fins sociais teve uma evolução crescente significativa em relação ao ano 2009.

### Despesas e Receitas na Área Educativa

	Despesa c/ Educação	Receita c/Educação	Fundo Social Municipal / OE	Despesa Líquida suportada pelo Município
ANO 2008	1.913.685 €	939.874 €	358.543 €	615.268 €
ANO 2009	2.230.455 €	1.395.311 €	408.452 €	426.692 €
ANO 2010	2.467.988 €	1.357.886 €	395.063 €	715.040 €





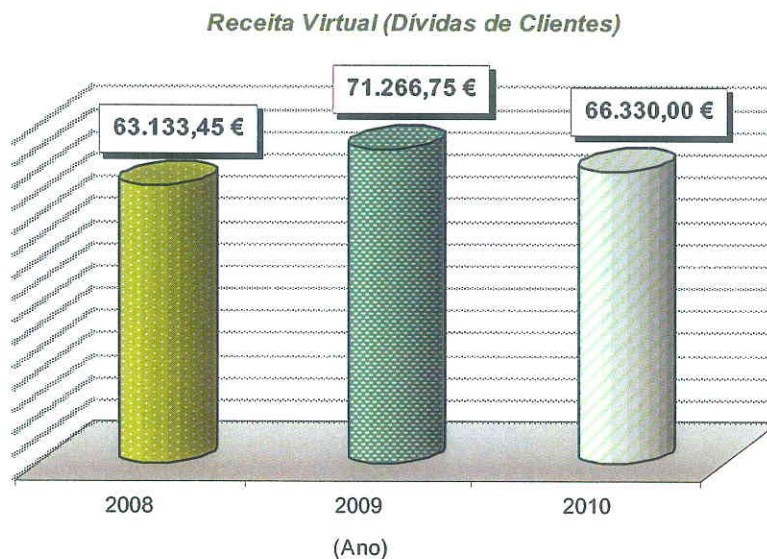
## 5 – Análise da Dívida

### 5.1 - Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

#### 5.1.1 ~ Evolução da Dívida de Curto Prazo de Terceiros no Triénio de 2008/2010

O Município presta serviços à população, nomeadamente o abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, pelo qual cobra um preço, estabelecido pelo Executivo Camarário. O pagamento desses serviços foi efectuado com uma periodicidade mensal. No entanto, alguns “clientes” / Municípes não cumprem os prazos estabelecidos para o seu pagamento, pelo que o montante da dívida relativa a tais serviços rondava os 66.330,00€ tendo ainda assim, sofrido um relativo decréscimo comparativamente a 2009 de ascendia a 71.266,75 € em 31.12.2009, tendo sofrido um aumento relativamente ao ano 2008 de 6,93%.

O gráfico seguinte mostra a evolução dessa dívida.



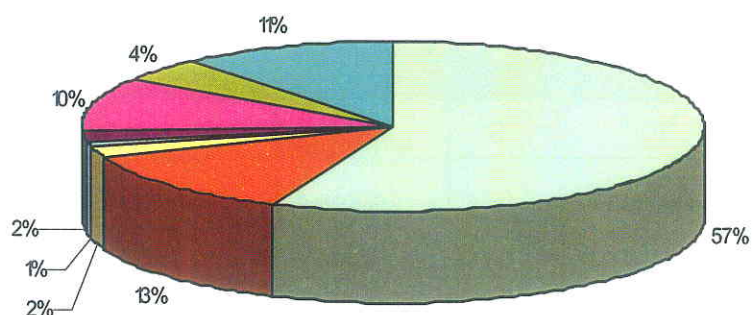




## 5.1.2 - Estrutura e Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo a Terceiros no Triénio de 2008/2010

### 5.1.2.1 - Estrutura da Dívida

Estrutura da Dívida - Ano 2010



<input type="checkbox"/> Empréstimos de Médio e Longo Prazo	<input type="checkbox"/> Fornecedores C/C
<input type="checkbox"/> Fornecedores Imobilizado	<input type="checkbox"/> Estado e Entes Públicos
<input type="checkbox"/> Adm. Autárquica	<input type="checkbox"/> Outros Credores
<input type="checkbox"/> Leasing	<input type="checkbox"/> Fornecedores Imobilizado Empreiteiros

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



## 5.2 - Evolução da Dívida no Triénio 2008/2010

### 5.2.1 - Evolução da dívida a Terceiros

Registou-se um aumento do passivo de longo prazo (empréstimos) em 13,94 %. Este aumento deve-se à utilização de parte dos últimos empréstimos contraídos.

Por outro lado, verificou-se uma redução da dívida a curto prazo de 37,65%, cujo maior peso incidiu na dívida a empreiteiros que teve uma redução de 67,79% em relação a 2009.

Un.: Euros

	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010
<b>Dívida Financeira</b>	<b>2.926.699,05</b>	<b>3.413.178,88</b>	<b>3.888.982,71</b>
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	2.926.699,05	3.413.178,88	3.888.982,71
<b>Dívida Operacional</b>	<b>3.739.003,56</b>	<b>4.835.354,21</b>	<b>3.014.984,19</b>
Fornecedores C/C	1.098.487,51	1.091.279,24	870.502,16
Fornecedores Imobilizado	142.685,99	178.125,80	149.916,53
Estado e Entes Públicos	43.195,06	51.305,40	60.832,10
Adm. Autárquica	274.379,00	131.597,96	156.816,74
Outros Credores	611.749,95	669.492,30	701.649,43
Leasing	174.231,10	319.141,16	304.077,83
Fornecedores Imobilizado Empreiteiros	1.394.274,95	2.394.412,35	771.189,40
<b>Total Passivo</b>	<b>6.665.702,61</b>	<b>8.248.533,09</b>	<b>6.903.966,90</b>

#### Notas:

1. O aumento da dívida de ML prazo está directamente relacionado com a utilização de parte dos dois últimos empréstimos contraídos.
2. As operações de tesouraria incluem as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros e as garantias e caucões prestadas.

Concluimos que a Câmara Municipal de Porto de Mós tem cumprido os compromissos assumidos que se pode comprovar com a redução do seu passivo em 16,30% em comparação com o ano transacto.



## 6 - Endividamento Municipal

### 6.1 - Limites ao Endividamento Municipal

A nova Lei das Finanças Locais, regulamentada pela Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro introduz um novo conceito de Endividamento autárquico, e define outros níveis de controlo do endividamento, são eles:

1 – *Endividamento Líquido Municipal*, que como estabelece o nº 1 do artigo 36º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL – Lei das Finanças Locais), “é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros”. Dispõe o nº 1 do artigo 37º da referida Lei, que o montante do endividamento líquido total de cada município, a 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125 % do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector público empresarial local, relativas ao ano anterior;

2 – *Limite Geral dos Empréstimos dos Municípios*, que como estabelece o nº 2 do artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL – Lei das Finanças Locais), o montante da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector público empresarial local, relativas ao ano anterior.

Com a entrada em vigor da Lei nº 12-A/2010 que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), é estabelecido no seu artigo 15º que ao abrigo do artigo 87.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto, as autarquias locais não podem acordar contratualmente novos empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que impliquem um aumento do seu endividamento líquido, sendo que para esses efeitos apenas se considera endividamento líquido a contratualização de novos empréstimos em montante superior ao valor da amortização da dívida que tenha ocorrido no mesmo exercício orçamental, correspondendo ao Município de Porto de Mós o montante de 199.175,36 €.

Estão excepcionadas as situações previstas nos n.ºs 5 a 7 do artigo 39º da lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e podendo também excepcionar – se outros empréstimos e amortizações, a autorizar por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, em situações excepcionais devidamente fundamentadas.

Durante o ano 2010 não contraiu este Município qualquer empréstimo encontrando-se a aguardar nos termos do parágrafo anterior o excepcionamento do empréstimo que mereceu a aprovação da Assembleia Municipal em 25/06/2010.

Outro facto que interessa relevar na contratação de empréstimos, apesar de não afectar o exercício económico em análise, prende-se com a nova regra estabelecida no nº 2 do artigo 53º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para o ano 2011, que limita, no ano 2011, a contratação de novos empréstimos de médio e longo prazo ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efectuadas



pelos Municípios em 2009, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1 e 5 a 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22 -A/2007, de 29 de Junho, 67 -A/2007, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril. Sendo que o valor do montante global das amortizações efectuadas em 2009 é corrigido, até 30 de Junho, pelos valores das amortizações efectuadas em 2010.

Face a estes limites o valor do rateio para o Município de Porto de Mós para o ano 2011 é de 1.526.531,00 €.

Assim, de acordo com o disposto na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL – Lei das Finanças Locais), foram apurados os Limites de Endividamento Municipal para 2010 conforme se demonstra no quadro seguinte.

#### Quadro nº 1 - Demonstração do cálculo dos limites ao Endividamento Municipal para 2010

	Designação	Montante	Observações
(1)	IMI 2009	1.286.683,10€	Receitas arrecadadas em 2009 por conta de impostos municipais
(2)	IMT 2009	820.849,50€	
(3)	IUC 2009	339.989,06€	
(4)	CA 2009	1.774,71€	
(5)	SISA 2009	10.397,18€	
(6)	Derrama 2009	431.463,46€	Receitas arrecadadas em 2009 a título de derrama sobre IRC
(7)	SEL 2009	6.869,97€	
(8)	<b>Fundos Municipais OE/2010</b>	<b>7.137.241,00€</b>	
(9)	<b>Receitas p/ efeitos do Limite de Endividamento</b>	<b>10.035.267,98€</b>	(9) = Somatório de (1) a (8)
(10)	<b>Limite ao Endividamento de C. Prazo</b>	<b>1.003.526,80€</b>	(10) = 10% x (9)
(11)	<b>Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazos</b>	<b>10.035.267,98€</b>	(11) = 100% x (9)
(12)	<b>Limite ao Endividamento Líquido</b>	<b>12.544.084,98€</b>	(12) = 125% x (9)

## 6.2 - Situação Face ao Limite de Endividamento Líquido

A situação face ao limite do endividamento líquido deste Município reportado a 31/12/2010 encontra-se demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro nº 2 - Situação face aos limites ao endividamento municipal para o ano 2010**

	Designação	Montante em 31/12/2010	Observações
(1)	Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	3.888.982,71€	Saldo credor da conta 2312 - Empréstimos de médio e longo prazos,
(2)	Endividamento Líquido	6.024.619,28€	Corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento, não se consideram as contas 2745, 2749 e 414
(3)	Capital em dívida excepcionado dos Limites de Endividamento	375.633,93€	Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL e dos n.º 5 a 7 do art.º 33 do OE/2007
(4)	Dívidas à EDP 1988	0,00€	
(5)	Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	3.513.348,78 €	(5) = (1) - (3)
(6)	Endividamento Líquido a considerar	5.648.985,35€	(6) = (2) - (3) - (4)

**Verificação do cumprimento do limite reportado a 31/12/2010**

Designação	Montante	Observações
Endividamento Líquido (Meios Líquidos Libertos)	6.895.099,63€	Limite legal do endividamento líquido (nº 1 do artigo 37º da lei das Finanças locais) estabelecido no (12) do quadro nº 1 – (6) do quadro nº 2

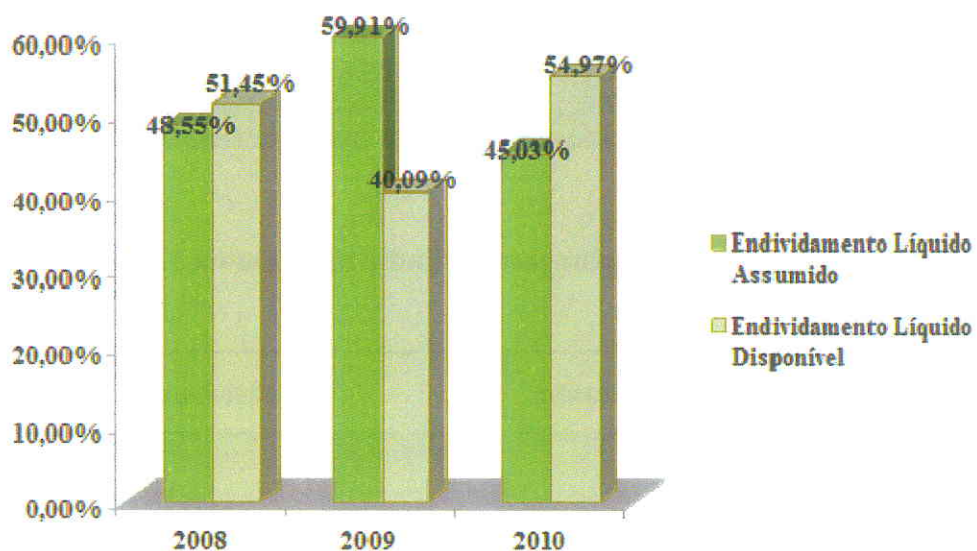
Da análise dos quadros anteriores verifica-se que o Município de Porto de Mós cumpriu os limites legais impostos.

Para avaliar os efeitos da nova Lei das Finanças Locais, no endividamento líquido municipal, determinamos a capacidade de endividamento disponível, reportado aos últimos três anos, e cujos valores se encontram reflectidos no quadro seguinte.



### Endividamento Líquido Municipal

Designação	Montante em 31/12/2008	Montante em 31/12/2009	Montante em 31/12/2010
<b>Limite ao Endividamento Líquido</b>	<b>11.232.026,10€</b>	<b>11.682.285,19€</b>	<b>12.544.084,98€</b>
Endividamento Líquido Assumido	5.453.161,55€	6.998.935,04€	5.648.985,35€
	48,55%	59,91%	45,03%
Endividamento Líquido Disponível	5.778.864,55€	4.683.350,15€	6.895.099,63€
	51,45%	40,09%	54,97%





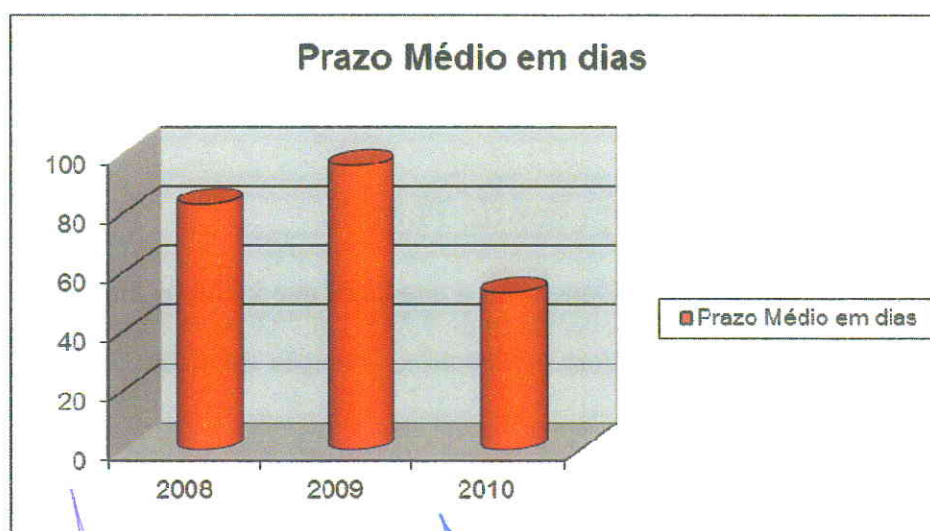
### 6.3 - Rácios do Endividamento, Evolução no Triénio de 2008 a 2010

Indicadores	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010
<b>Endividamento</b>			
<u>Dívidas a Terceiros (CMLP)</u> Activo Fixo + Activo Circulante	17,11%	19,14%	15,37%
<b>Peso do Endividam. M. e Longo Prazo</b>			
<u>Dívidas a médio/longo prazo</u> Fundos Próprios	10,78%	11,75%	12,69%
<b>Grau de Depend. M. e Longo Prazo</b>			
<u>Dívidas a médio/longo prazo</u> Activo Líquido	7,51%	7,91%	8,65%

### 6.4 - Prazo Médio de Pagamentos, em Dias

Considerando o período de 2008 a 2010, podemos observar pelo quadro e gráfico seguintes que o prazo médio de pagamentos teve um decréscimo considerável de 43 dias durante o ano de 2010, face aos restantes anos. Para apuramento destes valores são relevantes apenas os capítulos: “Aquisição de Bens e Serviços” e “Aquisição de Bens de Capital”. Outros fornecedores integrantes de outros capítulos, não são considerados neste critério.

Capítulos	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010
Aquis. Bens e Serviços	6.030.378,86 €	6.654.757,67 €	6.584.346,57 €
Aquis. Bens de capital	6.244.382,85 €	7.599.217,49 €	6.503.156,68 €
<b>Total</b>	12.276.769,71 €	14.255.984,16 €	13.089.513,25 €
Dívida a fornecedores	2.805.012,53 €	3.765.697,29 €	1.888.636,62 €
<b>Prazo Médio em dias</b>	<b>83</b>	<b>96</b>	<b>53</b>





## 7 – Execução das GOP'S e do Plano

De acordo com o ponto 2.3 do POCAL os documentos previsionais a apresentar pelas autarquias locais são as Grandes Opções do Plano (GOP'S) e o Orçamento. Portanto para além da análise orçamental importa também fazer uma análise à execução destes documentos Previsionais. Nas GOP'S são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico e estas incluem as Actividades mais Relevantes (AMR'S) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

### 7.1 - Grau de Execução das Actividades Mais Relevantes

A execução das actividades mais relevantes representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, ao nível de acções que não resultam na aquisição de bens de investimento, mas são consideradas, pela sua materialidade e ou pela finalidade das mesmas de relevante interesse público para os municípios, tendo uma natureza corrente.

O montante previsto para a execução das actividades mais relevantes no exercício de 2010 foi de 5.155.880,00 € e o montante global executado de 4.056.151,28 €, verificando-se um grau de execução de 78,67 %. Para o elevado grau de execução destas actividades assume maior relevância as transferências entre administrações, o apoio a diversas entidades os contratos relacionados com os resíduos sólidos, no que concerne à sua recolha e tratamento, relevando uma responsabilidade elevada da Autarquia em concretizar as expectativas criadas às mesmas.

Destacam-se também os gastos com a Educação, que incluem o apoio social às famílias, através do fornecimento de refeições aos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, das actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como os encargos com os transportes escolares.

### 7.2 - Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O valor final do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2010, espelha o investimento inicial previsto pelo Município, que foi de 11.677.626,43 € e o valor executado de 5.579.574,50 €, verificando-se um grau de execução de 47,78%.

### 7.3 - Resumo das Grandes Opções do Plano

O valor final das Grandes Opções de Plano para o ano 2010 que inclui as alterações e revisões feitas foi de 16.833.506,43 € e o valor executado de 9.635.725,78 €, verificando - se um grau de execução de 57,24 %. O quadro seguinte evidencia a execução total das Grandes Opções de Plano para o ano 2010 por objectivos.





Un.: Euros						
Obj/Prog.	Designação das Rubricas	Plano Final	Cabimento	Compromisso	Realizado Total	Pago
1	Funções Gerais	495.900,00	347.506,85	335.406,85	333.865,05	303.820,30
111	Administração Geral	159.400,00	100.034,62	87.934,62	86.392,82	67.597,31
120	Segurança e Ordem Públicas	47.500,00				
121	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	289.000,00	247.472,23	247.472,23	247.472,23	236.222,99
2	Funções Sociais	13.139.631,43	11.671.173,37	11.484.170,41	8.629.465,72	7.390.204,52
210	Educação Jardins Infância	160.500,00	142.880,94	142.880,94	142.880,94	142.880,94
211	Ensino Básico	814.580,00	737.317,67	681.052,67	505.134,46	424.647,97
212	Serviços Auxiliares de Ensino	1.501.500,00	1.448.202,50	1.448.202,50	1.435.591,00	1.220.409,49
213	Ensino Profissional	500,00				
220	Saúde	307.120,00	275.254,91	275.254,91	275.254,91	270.507,03
232	Ação Social	260.600,00	237.705,77	237.705,77	237.705,77	235.396,58
242	Ordenamento do Território	1.313.446,43	999.595,12	973.928,49	724.999,30	648.140,47
243	Saneamento	2.489.500,00	2.181.668,20	2.181.668,20	1.157.234,96	911.783,58
244	Abastecimento de Água	774.295,00	553.313,29	553.313,29	537.876,32	505.547,73
245	Resíduos Sólidos	1.167.000,00	1.081.155,99	1.081.155,99	1.081.155,99	887.475,16
246	Protecção Meio Ambiente e Conservação Natureza	96.000,00	85.652,24	85.652,24	12.816,00	12.816,00
251	Cultura	1.314.500,00	1.156.949,87	1.106.009,45	1.004.237,54	917.487,50
252	Desporto, Recreio e Lazer	466.200,00	353.134,25	305.003,34	304.362,04	250.097,36
253	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	277.500,00	239.552,89	239.552,89	215.217,16	201.278,55
254	Jardins e Arborizações	2.196.390,00	2.178.789,73	2.172.789,73	994.999,33	761.736,16
	Funções Económicas	2.273.709,00	1.860.652,93	1.624.441,48	1.424.053,80	1.280.162,10
320	Indústria e Energia	339.565,00	238.867,25	220.818,56	96.629,23	25.360,02
330	Transportes e Comunicações	1.851.000,00	1.568.592,08	1.350.429,32	1.291.461,37	1.218.838,88
340	Comércio e Turismo	47.000,00	35.963,20	35.963,20	35.963,20	35.963,20
342	Turismo	35.144,00	17.230,40	17.230,40		
351	Investimentos Financeiros	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Outras Funções	924.266,00	847.003,61	847.003,61	847.003,61	661.538,86
420	Transferências Entre Administrações	924.266,00	847.003,61	847.003,61	847.003,61	661.538,86
	<b>Total</b>	<b>16.833.506,43</b>	<b>14.726.336,76</b>	<b>14.291.022,35</b>	<b>11.234.388,18</b>	<b>9.635.725,78</b>



## 8 - Indicadores Gerais da Actividade

### 8.1 - Evolução dos Indicadores da Actividade no Triénio de 2008/2010

Sobre a evolução das contas do Município nos últimos três anos, apresentamos alguns indicadores da gestão e da actividade. De uma forma geral os indicadores registados em 2010, não podem deixar de se considerar positivos.

RÁCIOS	2008	2009	2010
Receita Total	100,14%	100,08%	100,13%
Despesa Total			
Despesas Correntes	83,75%	86,51%	90,97%
Receitas Correntes			
Despesas de Capital	159,15%	139,62%	122,37%
Receitas de Capital			
Despesa Total	99,86%	99,92%	99,87%
Receita Total			
Investimento	30,91%	28,62%	30,76%
Receita Total			
Receitas próprias	43,33%	43,73%	39,53%
Receita Total			
Receitas Correntes	76,26%	74,44%	71,24%
Receita Total			
Transferências Correntes	33,86%	36,31%	36,03%
Receita Total			
Transferências Correntes	44,40%	48,79%	50,58%
Receitas Correntes			
Transferências Capital	83,62%	77,95%	84,92%
Receitas Capital			
Despesas Correntes	63,96%	64,45%	64,89%
Despesa Total			
Despesa Capital	36,04%	35,55%	35,11%
Despesa Total			
Despesa Pessoal	25,25%	26,61%	27,34%
Despesa Total			
Aquisição Bens Serviços Correntes	31,79%	31,10%	31,02%
Despesa Total			
Aquisição Bens Serviços Capital	30,95%	28,64%	30,80%
Despesa Total			



## 9 – Análise da Situação Económica e Financeira

### 9.1 - Balanço e Demonstração de Resultados

#### 9.1.1 - Balanço

O Balanço demonstra a situação financeira e patrimonial do Município no final do exercício de 2010, comparando-a com a de anos anteriores, e a Demonstração de Resultados destina-se a evidenciar a formação do resultado líquido do exercício, através da análise todos os custos e proveitos incorridos e obtidos ao longo do ano.

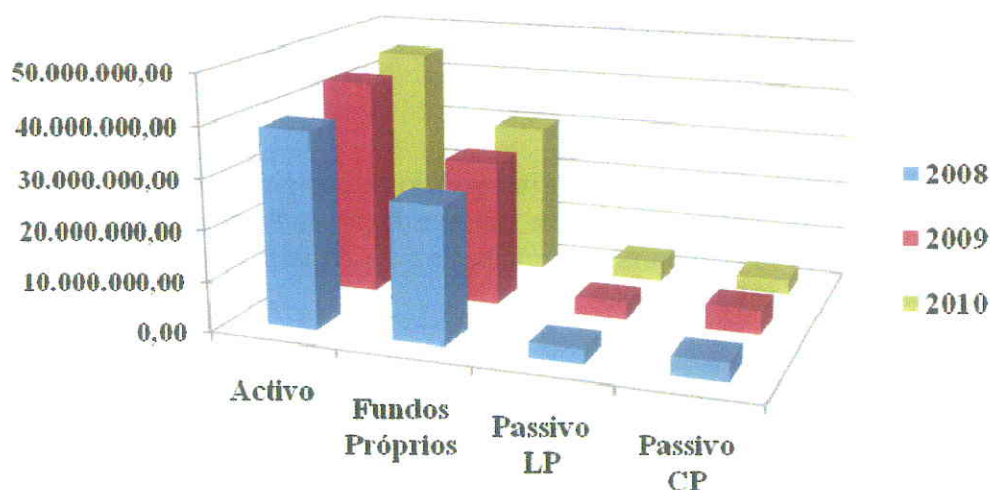
Un.: Euros

Balanço	2008	2009	2010
<b>Activo</b>	<b>38.993.700,61</b>	<b>43.124.382,40</b>	<b>44.951.757,95</b>
<i>Activo Fixo</i>	<i>36.656.976,23</i>	<i>40.803.662,58</i>	<i>42.654.043,83</i>
• Imobilizado	36.656.976,23	40.803.662,58	42.654.043,83
<i>Activo Circulante</i>	<i>2.307.308,18</i>	<i>2.288.314,76</i>	<i>2.255.996,52</i>
• Existências	1.789.174,47	1.665.400,35	1.594.251,01
• Dívidas de Terceiros	63.862,24	88.728,29	59.126,10
• Disponibilidades	454.271,47	534.186,12	602.619,41
Acréscimos e Diferimentos	29.416,20	32.405,06	41.717,60
<b>Fundos Próprios</b>	<b>27.138.420,13</b>	<b>29.045.758,29</b>	<b>30.634.097,19</b>
• Património	17.241.938,72	17.241.938,72	17.241.938,72
• Reservas	247.571,82	334.123,73	429.490,64
• Resultados Transitados	7.917.871,46	9.562.357,68	11.374.328,93
• Resultados Líquidos	1.731.038,13	1.907.338,16	1.588.338,90
<b>Passivo</b>	<b>11.855.280,48</b>	<b>14.078.624,11</b>	<b>14.317.660,76</b>
<b>Passivo Exigível</b>	<b>6.665.702,61</b>	<b>8.248.533,09</b>	<b>6.903.966,90</b>
• Dívidas a Terceiros – médio e longo prazo	2.926.699,05	3.413.178,88	3.888.982,71
• Dívidas a Terceiros – curto prazo	3.739.003,56	4.835.354,21	3.014.984,19
<b>Passivo Não Exigível</b>	<b>5.189.577,87</b>	<b>5.830.091,02</b>	<b>7.413.693,86</b>
• Acréscimos e Diferimentos	5.189.577,87	5.830.091,02	7.413.693,86

O total do Activo Líquido atingiu em 2010 o montante de **44.951.757,95 €** traduzindo um acréscimo de 4,24% face ao ano transacto, impulsionado essencialmente pelo aumento do Activo Fixo.

Os Fundos próprios tiveram uma evolução positiva e fixaram-se em 30.634.097,19€, traduzindo uma subida de 5,47% em relação ao ano 2009.

A expressiva rubrica de proveitos diferidos de 7.413.693,86€, diz respeito ao diferimento dos apoios financeiros provenientes de fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

**Análise Patrimonial 2008-2010****9.1.2 - Demonstração de Resultados**

O Resultado Líquido de Exercício de 2010 totalizou 1.588.338,90 €, o que representa uma redução relativamente ao ano transacto de 318.999,26€ causada principalmente pela redução verificada nos resultados operacionais.

Un.: Euros

Resumo da Demonstração de Resultados		2008	2009	2010
Resultados Operacionais:	(A)	2.150.195,75	2.584.767,46	2.015.301,28
Resultados Financeiros:	(B)	-61.604,45	-102.909,78	-45.281,68
Resultados Correntes:	(A)+(B)	2.088.591,30	2.481.857,68	1.970.019,60
Resultados Extraordinários:	(C)	-357.553,17	-574.519,52	-381.680,70
<b>Resultado Líq. de Exercício: (A)+(B)+(C)</b>		<b>1.731.038,13</b>	<b>1.907.338,16</b>	<b>1.588.338,90</b>

**9.2 - Indicadores Económico – Financeiros**

Para que se possa realizar uma análise da situação financeira recorre-se a um conjunto indicadores de gestão que são um instrumento de apoio para sintetizar uma quantidade abundante de dados e comparar o desempenho económico-financeiro de uma edilidade.

De seguida apresenta-se uma breve análise de alguns rácios que evidenciam a posição financeira do Município de Porto de Mós, os quais tem por base o Balanço e a Demonstração de Resultados.



Indicadores		Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010
Rendibilidade Líquida do Activo	<u>Resultado Líquido</u> Activo	4,44%	4,42%	3,53%
Liquidez Geral	<u>Activo Circulante</u> Passivo a Curto Prazo	61,71%	47,32%	74,83%
Liquidez Imediata	<u>Disponibilidades</u> Passivo a Curto Prazo	12,15%	11,05%	19,99%
Índice de Solvência	<u>Dívidas a Terceiros</u> Activo Total	17,09%	19,13%	15,36%
Índice de Autonomia	<u>Fundos Próprios</u> Activo Total	69,60%	67,35%	68,15%

### 9.3 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

#### 9.3.1 - Notas de acordo com o Ponto 8.2 do POCAL.

**Ponto 8.2.1** Não se aplica.

**Ponto 8.2.2** Não se aplica.

**Ponto 8.2.3** Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os que se encontram definidos no POCAL.

Assim:

##### a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou no caso deste ser desconhecido foram valorizados de acordo com o valor patrimonial atribuído. No que respeita à valorização das estradas municipais, caminhos municipais, vias municipais e alguns parques e jardins, esta resultou da avaliação segundo critérios técnicos adequados à natureza desses bens e efectuados por um técnico pertencente à Câmara Municipal. Durante o ano de 2010 as imobilizações corpóreas foram avaliadas e registadas ao custo de aquisição.

##### b) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém utilizado é o do custo médio ponderado.

##### c) Amortizações

As amortizações dos activos imobilizáveis foi realizada de acordo com as taxas de amortizações estabelecidas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril de 2000 - CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

As amortizações do exercício de 2010 correspondem às evidenciadas no mapa das Amortizações e Provisões na coluna reforço e as amortizações acumuladas



correspondem no mapa ao saldo final. O valor das amortizações acumuladas a regularizar derivado dos bens abatidos ao inventário está evidenciado no referido mapa na coluna regularizações.

**d) Vendas e Prestações de Serviços**

Os valores incluídos na rubrica vendas e prestação de serviços são representados maioritariamente pela facturação de água.

**e) Outras Prestações de Serviços**

Os valores indicados nesta rubrica resultam essencialmente dos serviços prestados na ligação e restabelecimento à rede de água, no aluguer dos contadores, na execução de ramais, serviços sociais, entre outras.

**f) Fornecimento e Serviços Externos**

Nesta conta foram registados encargos de instalações, trabalhos especializados, conservação e reparação de bens, seguros, entre outros custos decorrentes da actividade da Câmara Municipal.

**Ponto 8.2.4** Não se aplica

**Ponto 8.2.5** Não se aplica

**Ponto 8.2.6** Não se aplica

**Ponto 8.2.7** (ver mapas em anexo – Mapas do “Activo Bruto” e “Amortizações e Provisões”)

**Ponto 8.2.8**

Os Bens do Activo Imobilizado agrupados por grupos homogéneos, bem como o mapa de Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e de Viaturas, desagregado elemento a elemento, estão reflectidos nos mapas em anexo.

**Subsídios para Financiamento do Imobilizado Corpóreo**

Alguns dos bens inventariados foram financiados.

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de Imobilizações Corpóreas são registados no Balanço, no passivo, como proveitos diferidos na rubrica acréscimos e deferimentos e reconhecidos anualmente como proveitos extraordinários, (conta 7983 – Transferências de Capital evidenciados na Demonstração de Resultados Extraordinários), proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

**Notas a algumas contas:**

**Imobilizado em Curso**

Existem bens imóveis contabilizados no balanço na conta “imobilizado em curso”, que não foram transferidos para imobilizado dado que ainda não estão registados em nome do município.

**Bens Adquiridos em Estado de Uso**

Não houve no ano 2010 aquisição de bens adquiridos em estado de uso.

**Abates e Transferências de Bens do Activo Imobilizado**

Durante o ano 2010 foram feitas transferências de bens do activo imobilizado entre secções/serviços e abates de alguns bens pertencentes ao Município.



**Ponto 8.2.9** Não se aplica

**Ponto 8.2.10** Não se aplica

**Ponto 8.2.11** Não se aplica

**Ponto 8.2.12** Imobilizações em Poder de Terceiros

Rendimentos de Propriedades do Município	Receita ano 2010					
	Entidades Pagadoras	Nº Contribuinte	Terrenos	Edifícios	Habitacões	Outros
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais Sa	502544180	5.785,00 €				
Be Towering - Gestão de Torres e Tel. Sa	505664798	3.773,52 €				
Portugal Telecom SGPS	503215058	2.847,24 €				
PECF- Parque Eólico de Chão de Falcão, Lda	505910411					203.149,25 €
EDP - Distribuição de Energia, Sa	504394029					708.838,18 €
Clube de Caça e Pesca Vale do Lena	507410165			198,50 €		
Sousa Carreira e Vala (Esplanada Jardim)	502086815			5.856,30 €		
Bencaça - Clube de Caça de S. Bento	502881860			156,00 €		
Coral Calçada Romana Associação Cultural	507246373			600,00 €		
Sendiga - Clube de Caçadores das Freguesias Serro Ventoso e Mendiga	504881450			486,12 €		
Clube de Caça e Pesca das Freguesias de Alpedriz e Juncal	505076837			632,40 €		
João Pedro Carvalho Ribeiro (Bar da Piscina Municipal)	191818445			9.564,80 €		
Habitacão Social					144,00 €	
<b>Total</b>		<b>12.405,76 €</b>	<b>17.494,12 €</b>	<b>144,00 €</b>	<b>911.987,43 €</b>	

**Ponto 8.2.13 Bens de locação financeira**

RUBRICA	DESIGNAÇÃO DO BEM	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO
424040104	Veiculo Ligeiro Comercial Nissan Navarra	27.674,98 €	7.185,63 €	20.489,35 €
424040105	Veiculo Ligeiro Passat	31.937,05 €	10.112,19 €	21.824,86 €
424040203	Mini-Autocarro	145.043,16 €	37.721,51 €	107.321,65 €
424040304	Mini-Carregadora	26.160,00 €	8.719,14 €	17.440,86 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Alvados	19.978,92 €	1.426,49 €	18.552,43 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Arrimal	22.710,21 €	1.621,51 €	21.088,70 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Calvaria de Cima	22.710,21 €	1.621,51 €	21.088,70 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de São Jorge	22.710,21 €	1.621,51 €	21.088,70 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola do Juncal	22.710,21 €	1.621,51 €	21.088,70 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola da Mendiga	22.710,21 €	1.621,51 €	21.088,70 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Porto de Mós	22.710,21 €	1.621,51 €	21.088,70 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Serro Ventoso	19.978,92 €	1.426,49 €	18.552,43 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Cantina Escolar de Porto de Mós	19.978,92 €	1.426,49 €	18.552,43 €

**Ponto 8.2.14 Relação dos Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar**

Dada a morosidade de todo o processo de Inventário e avaliação de todos os bens pertencentes ao património do Município de Porto de Mós, não foi ainda possível o levantamento das redes de abastecimento de água do Concelho.

Inventariadas estão as redes de água que vão sendo construídas, ampliadas ou remodeladas, os reservatórios e as estações elevatórias.

Por outro lado existem bens imóveis ainda não incluídos no inventário por não estarem devidamente registados, razão pela qual também não figuraram no Balanço. Anexa-se uma lista dos bens nesta situação.

Existem ainda alguns bens que, por serem muitos antigos, não foram possíveis as suas valorizações. A sua valorização com recurso à avaliação técnica mostra-se injustificada, pelo que os mesmos assumiram o valor zero até que sejam objecto de uma grande reparação para, a partir daí, serem valorizados. Anexa-se uma lista contendo os bens nesta situação.

**Ponto 8.2.15 (Não se aplica)****Ponto 8.2.16 Investimentos Financeiros**

Em 31 de Dezembro de 2010 as partes de capital em empresas associadas tinham a composição apresentada no quadro abaixo. Os Investimentos Financeiros estão evidenciados no Balanço na Conta 411 – Partes de Capital.





DESIGNAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO
Mapicentro - S.A.	Ponte das Mestres Barosa 2400 Leiria	46 Acções	(a)	(a)
Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.	Rua Anzebino da Cruz Saraiva, 318 - 1º G 2400-098 Leiria	16 211 Acções 1,6434%	(a)	(a)
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Aterro Sanitário de Leiria, Quinta do Banco, Parceiros, Apartado 157 2401-971 Leiria	17 320 Acções 4,33%	(a)	(a)
WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Largo Dr. Luís Navega, Edifício Comercial, Piso 1, Loja 7 3780-541 Curia	1 500 Acções 1,95%	(a)	(a)
OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Zona Industrial Rua de Espanha, lote 8 Apartado 78 2431-90 Marinha Grande	1 Unidade de Participação	(a)	(a)

(a) até à data os dados não foram comunicados pelas empresas

Em 2010 o Município de Porto de Mós manteve a Garantia Bancária, no montante de 79.082,61€, prestada a favor da SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, SA..

**Ponto 8.2.17** Não se aplica

**Ponto 8.2.18** Não se aplica

**Ponto 8.2.19** Não se aplica

**Ponto 8.2.20** Não se aplica

**Ponto 8.2.21** Não se aplica

**Ponto 8.2.22** Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros correspondem sobretudo a receitas de água não cobradas e virtualizadas. Não foram constituídas provisões para cobrança duvidosa dado que consideramos que não foram feitos todos os esforços de cobrança, pelo que o risco de incobrabilidade não está ainda devidamente justificado.

**Ponto 8.2.23** Não se aplica

**Ponto 8.2.24** Não se aplica

**Ponto 8.2.25** Não se aplica

**Ponto 8.2.26** (Ver mapa em anexo – Mapa “Contas de Ordem”)

**Ponto 8.2.27** (Ver mapa anexo – Mapa “Desdobramento das Conta de Provisões Acumuladas)

**Ponto 8.2.28** Não se aplica

**Ponto 8.2.29** (Ver mapa em anexo – Mapa “Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”)

**Ponto 8.2.30** Não se aplica

**Ponto 8.2.31** Demonstração dos Resultados Financeiros



---

Os resultados financeiros do exercício de 2010 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Financeiros”.

**Ponto 8.2.32 Demonstração dos Resultados Extraordinários**

Os resultados extraordinários do exercício de 2010 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Extraordinários”.

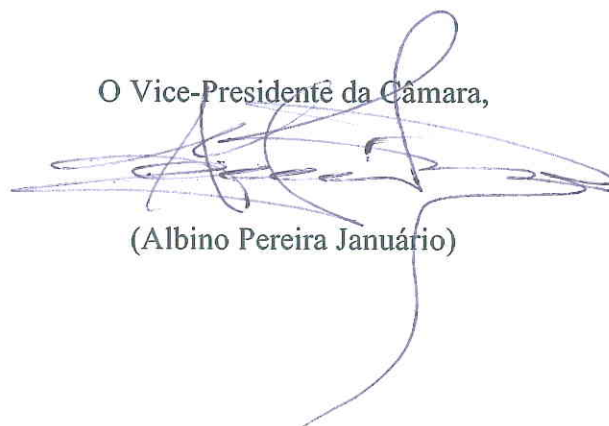
## 10 – Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido apurado no Exercício do ano 2010 foi de 1.588.338,90 €. Nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se:

- Que 5% desse montante seja transferido para a conta de “Reservas Legais”;
- Que o valor remanescente seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

Porto de Mós, 08 de Abril de 2011.

O Vice-Presidente da Câmara,



(Albino Pereira Januário)



## IV - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

- Activo Bruto
- Amortizações e Provisões
- Activo Imobilizado – Bens Móveis agrupados por Grupos Homogéneos
- Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e Viaturas desagregados elemento a elemento
- Lista de Bens Abatidos ao Inventário
- Lista dos Bens não incluídos no Inventário por não estarem devidamente registados
- Relação de Bens Sem Valor
- Contas de Ordem
- Desdobramento das contas de Provisões Acumuladas
- Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários

